

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS

CENTRO DE TEOLOGIA E HUMANIDADES

CURSO DE HISTÓRIA

**GUERRILHA DO ARAGUAIA: LUTA ARMADA COMO ALTERNATIVA DE
RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL MILITAR NO BRASIL**

Rafaela Mano Elisiário

Petrópolis

2016

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PETRÓPOLIS
CENTRO DE TEOLOGIA E HUMANIDADES
CURSO DE HISTÓRIA

**GUERRILHA DO ARAGUAIA: LUTA ARMADA COMO ALTERNATIVA DE
RESISTÊNCIA À DITADURA CIVIL MILITAR NO BRASIL**

**Monografia apresentada à Faculdade de História da
Universidade Católica de Petrópolis, como requisito
parcial à obtenção do Título de Licenciatura em História.**

Rafaela Mano Elisiário

Professor Orientador

Prof^ª. Ms^a. Lia Aquino de Carvalho

Petrópolis

2016

Aluno: Rafaela Mano Elisiario

Matrícula: 11320094

Guerrilha do Araguaia: Luta Armada Como Alternativa de Resistência à Ditadura Civil Militar No Brasil.

Monografia apresentada à unidade acadêmica do Centro de Teologia e Humanidades da Universidade Católica de Petrópolis como requisito parcial para a conclusão do curso de História

AVALIAÇÃO

GRAU FINAL: _____

AVALIADO POR:

Prof^ª.Ms^ª.Lia Aquino de Carvalho _____

Prof^ª.Ms^ª. Janaína Cristina Perrayon Lopes _____

Petrópolis, 22 de Julho de 2016.

Bruno Tamancoldi Muniz

Coordenador

“Às vidas eternizadas no Araguaia.

A chama ainda está acesa.”

“Pois aqui está a minha vida. Pronta para ser usada. Vida que não se guarda, nem se esquiva, assustada. Vida sempre a serviço da vida. Para servir ao que vale a pena e o preço do amor. Ainda que o gesto me doa, não encolho a mão: avanço levando um ramo de sol. Mesmo enrolado de pó, dentro da noite mais fria, a vida que vai comigo é fogo: está sempre acesa.”

THIAGO DE MELLO

ELISIARIO, Rafaela Mano. *Guerrilha do Araguaia: luta armada como resistência à Ditadura Civil Militar Brasileira*. Universidade Católica de Petrópolis, Centro de Teologia e Humanidades, Curso de Graduação em História. Petrópolis, 2016.

RESUMO

A resistência, em suas mais diversas formas, nasce como elemento fundamental na oposição à Ditadura Civil- Militar Brasileira. Os movimentos, organizações e partidos de esquerda, na perspectiva da luta pelo restabelecimento democrático no país, trouxeram à tona os debates teóricos e, por conseguinte práticos, a serem utilizados como caminho para superação do regime militar e construção de um governo popular. Nesse contexto, a luta armada surgiu como uma das alternativas de resistência ao estado de exceção estabelecido a partir de 1964 no país e o Partido Comunista do Brasil, através das suas opções teóricas e alinhamento político, atuou a partir da Guerrilha do Araguaia no enfrentamento armado frente ao período de interrupção do ciclo democrático no Brasil.

Palavras-chave: ditadura; luta armada; movimentos de esquerda; democracia.

AGRADECIMENTOS

Começo as linhas dos meus sinceros e fraternos agradecimentos pela conclusão desse trabalho sabendo que, com toda certeza, esse espaço será muito pequeno perto da gratidão que sinto a tudo, todas e todos que serão citados e fizeram/fazem parte de mim na dança da vida.

Gostaria, primeiramente, de agradecer a minha querida e dedicada orientadora e mestre Lia Aquino de Carvalho. Nossas histórias cruzaram-se para além da vida acadêmica. A busca por outro mundo possível fez de nós parceiras de sonhos. Sonhos para os que eram jovens nas décadas de 70, como você, e para os que são jovens agora, como eu. Sonhos atuais, embora sonhados por tantas gerações antes de mim. Minha graduação em História contou, sem dúvidas, com sua ajuda e acompanhamento. Desde as disciplinas ministradas por você ao longo do curso, até a orientação da Monografia I e Monografia II. Obrigada por todas as horas de conversa, debate, críticas, ensinamentos/aprendizados e pelas horas das suas férias dedicadas a mim. Obrigada por todas as vezes que insistiu para que eu aprofundasse mais as análises, para que eu “recheasse a cereja do bolo”. Obrigada por acreditar neste tema e trabalho. Por fim e com muito amor, obrigada pela compreensão em relação a minha difícil tarefa de conciliação entre a militância e a trajetória acadêmica. Ela foi crucial para que eu acreditasse que seria possível e jamais esquecerei isso. Obrigada por acreditar em mim!

Agradeço a Universidade Católica de Petrópolis onde pude dar meus primeiros passos na academia. Todas as críticas e discordâncias feitas através do movimento estudantil, do qual fiz parte ao longo desses anos, foram no sentido de acreditar na construção de uma Universidade melhor. Isso, de forma alguma, anula meu reconhecimento aos momentos e aprendizados que tive dentro da Católica de Petrópolis. Agradeço a Coordenação do Curso de História e todo conjunto das professoras e professores do Centro de Teologia e Humanidades. Em especial, a algumas mulheres que me representam na docência e na vida: Janaína Perrayon, minha leitora crítica, grande referência e que me presenteou com uma sinergia incrível durante as suas aulas. Parabéns pelo Doutorado!; Fabiana Eckardt, a educação pode ser revolucionária. Parabéns pelo Doutorado; Lara Sayão, a vida é a arte do encontro, não é mesmo? Parabéns pelo Doutorado! Esse trio, em conjunto com a Lia, foi uma das minhas grandes inspirações durante o curso e deixou marcas bonitas e profundas em mim.

À Alessandra, Pollyana e Bruna, minhas historiadoras queridas. Obrigada pela oportunidade de caminhar ao lado de vocês esses anos. Compartilhamos experiências únicas juntas e fomos companheiras para todas as horas de aflição. Cada frio na barriga antes dos debates, seminários, apresentações e resenhas, nos forjaram para aguentar grandes emoções. Estou orgulhosa da defesa da Alessandra sobre os Direitos Humanos e o Movimento Negro nos EUA, ansiosa pela defesa da Pollyana sobre o Caio Prado Júnior e da Bruna sobre Getúlio Vargas e o jornal A Classe operária. Vai dar tudo certo. Vemo-nos no mestrado! Gratidão! Inclusive, pela ajuda que me deram todas as vezes que a militância exigiu de mim ausência nas aulas.

Aos corações que, embora sejam extras- Universidade, fizeram parte de tudo isso comigo. À Cristiane Monteiro, amiga que me conquista cotidianamente e me orgulha também. À Thais Valle, amiga desde que eu me entendo por gente e que, apesar de caminhos distintos atualmente, carrego do lado esquerdo do peito. A um dos grandes amores da minha vida, minha irmã Juliete. Com quem vivo uma das relações mais belas que a vida me proporcionou: a cumplicidade e a ajuda sem esperar nada em troca. Espero, um dia, fazer um pouquinho de tudo o que você fez por mim. Inclusive, comprar as brigas com a mamãe. Ao Marcos Renato, meu cunhado que aceitou levar a cunhada de brinde e que me deu um grande presente em conjunto com a minha irmã: minha sobrinha Helena.

À poesia utilizada como recurso nos momentos difíceis. Em que, por inúmeras vezes, fiz dela minha companhia e eu companhia dela.

À União da Juventude Socialista, simbolizada na UJS Petrópolis, por ter mudado a minha vida e por ter me tornado militante, no sentido mais genuíno e forte que essa palavra possui. Aos bravos meninos e meninas que são também meus dirigentes e constroem comigo essa organização, fazendo dos sonhos ação concreta e potente para a transformação. Vivemos dias que valem por anos e em cada um de vocês eu me reconheço, obrigada por acreditarem em mim!

Ao Partido Comunista do Brasil, meu partido, por ser, em partes, responsável pelo interesse e compromisso de realizar este trabalho. Neruda, brilhantemente, descreve “Contigo não termino em mim mesmo”. Agradecendo ao Daniel, amigo admirável e pessoa fundamental na caminhada partidária, agradeço também a outros e outras camaradas que compartilham comigo da mesma vontade de construir um horizonte melhor e mais justo. Obrigada por todas as vezes que me entenderam, sobretudo nesses últimos meses, quando eu precisei me fazer ausente

das tarefas para concluir a graduação. Gratidão por acreditarem e confiarem em mim enquanto dirigente partidária e amiga.

Por fim e com o coração apertado de tanto querer bem, ao meu pai e minha mãe. Os responsáveis por tudo isso. Serei eternamente grata por tudo o que vocês fizeram por mim e por toda a preocupação com os meus estudos desde sempre. Preocupação essa que, por inúmeras vezes ao longo desses anos, fez com que vocês colocassem os compromissos com a minha faculdade em primeiro lugar, antes mesmo de vocês. Quero dizer que conseguiram. Formaram a caçula também. À minha mãe pelo amor incondicional escondido por detrás da brabeza e da personalidade, assim como a minha, forte. Ao meu pai, grande amor da minha vida, com todo peso e poder que essas palavras possuem. Obrigada por ser a mediação todas as vezes que o amor desregulado e extremo entre a mãe e eu, tirou o trem do trilho e deixou-o sem rumo. Vocês dois fazem crescer em mim a vontade de ser uma pessoa boa para os outros e para o mundo. Não cabem aqui os agradecimentos de uma vida. Vera e Luiz, obrigada por não desistirem nunca de mim.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. CONJUNTURA DA AMÉRICA LATINA ATÉ A CULMINAÇÃO DOS GOLPES CIVIS-MILITARES	14
2.1 GUERRA FRIA: EMBATES LATINOAMERICANOS	14
2.2 ANTECEDENTES AO GOLPE DE 1964NO BRASIL	20
3. PCDOB E A LUTA ARMADA COMO CAMINHO DE RESISTÊNCIA A DITADURA	29
3.1 ESQUERDA BRASILEIRA: PCB, PCDOB E PRINCIPAIS SETORES QUE COMPUNHAM O CENÁRIO POLÍTICO DO PAÍS NO PRÉ- 1964.....	29
3.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO PCdoB QUE SUSTENTOU A OPÇÃO DE GUERRILHA	38
4. A LUTA ATRAVÉS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA	47
4.1 CONTEXTO DA REGIÃO SUL DO PARÁ E IMPLEMENTAÇÃO DA GUERRILHA	47
4.2 GUERRILHA DESCOBERTA: RESISTÊNCIA, DERROTA E AUTO-CRÍTICA	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	

1.INTRODUÇÃO

Seguindo aos autores de O manifesto do Partido Comunista, Karl Marx e Friedrich Engels, posso dizer que na pesquisa para a escrita desse breve trabalho foi possível estar em contato com análises e reflexões acerca do tema apresentado que foram ao encontro da premissa que "*A história de toda a sociedade até aqui, é a história de lutas de classes.*" (MARX, Karl. ENGELS, Friederich).

O interesse pelo estudo das formas de resistência revolucionária diante da Ditadura “empresarial-civil-militar” no Brasil deu-se, inicialmente, por conta da trajetória pessoal marcada pela militância política. Nos anos finais da graduação, o interesse pelo tema aprofundou-se não só pela questão pessoal, mas, também, pela questão acadêmica e teórica.

A instauração dos chamados "Anos de Chumbo" colocou o país imerso num período de profundas lutas populares que se opunham ao projeto político-econômico colocado na ordem do dia, através da repressão e autoritarismo, pela Ditadura e pelas classes dominantes a ela aliadas. Nesse contexto, é que os movimentos de esquerda do país se articularam no sentido de contrapor e derrotar o regime repressivo a partir das mais variadas estratégias e táticas de luta, entre elas, a armada.

É sobre a resistência a partir do caminho armado que se trata esse trabalho, buscando apresentar um panorama geral das discussões teóricas da esquerda brasileira no período do golpe militar e aprofundando o tema na Guerrilha do Araguaia, linha defendida pelo Partido Comunista do Brasil- PCdoB naquele momento.

A ditadura de 1964 e a luta armada no Brasil é um tema que possui uma vasta produção acadêmica, sendo ainda muito discutido e polêmico. Dentro da amplitude de trabalhos realizados sobre essa questão, alguns são de relevante importância dentro do debate historiográfico, que deve ser entendido no contexto dos tempos específicos em que se dá a produção do conhecimento histórico e, portanto, com narrativas e interpretações diversas.

No geral, podemos caracterizar a produção acadêmica sobre as causas do golpe, focadas em duas linhas de análise: a que privilegiava a questão econômica e uma outra que analisava o golpe como resultado da crise do populismo.

No primeiro grupo os trabalhos tomaram a crise de acumulação capitalista como principal responsável pelo desencadeamento das reações contra o governo de João Goulart e suas propostas de reformas, levando a articulação do golpe. Dentre os autores que privilegiavam este enfoque estruturalista, destacamos Maria da Conceição Tavares e Fernando de Oliveira. A segunda linha, calcada na ruptura do pacto populista até então vigente, tem em Otávio Ianni seu principal representante.

Na década de 1980, surgiu a obra mais importante, onde foi feita uma ampla análise das articulações entre setores das classes dominantes e militares que resultou no golpe de 64. Concluindo que o golpe foi “um movimento social civil-militar”, Dreifuss, autor de 1964: a conquista do Estado- ação política, poder e golpe de classe, enfatiza o caráter de classe do golpe e dos posteriores governos militares.

Os trabalhos primeiros sobre a luta armada no período ditatorial são os livros de Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, onde o autor apresenta uma pesquisa detalhada sobre as organizações de esquerda do período e também aponta algumas críticas e polêmicas tanto no que se refere à trajetória de alianças feita pelos comunistas antes da instauração da Ditadura, quanto na opção de resistência pelo enfrentamento armado.

É importante destacar, entretanto, que no contexto da produção historiográfica sobre o período, teve grande repercussão, causando intensa polêmica nos meios acadêmicos, a produção de uma historiografia sobre a Ditadura Militar que ficou conhecida como “Revisionista”. Esta historiografia que, nas palavras de Demian Bezerra de Melo, seria uma “tentativa de normalização da ditadura empresarial-militar”, buscando corresponsabilizar à esquerda pelo golpe e os rumos tomados pela Ditadura, dada a sua ação “radicalizante”.

Na linha revisionista, destacamos o livro *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*, de Daniel Aarão Reis, onde o autor faz uma pesquisa polêmica sobre a atuação do movimento comunista no Brasil. Embora seja um trabalho importantíssimo sobre as organizações de esquerda na década de 60, esse estudo causou grandes discussões no meio

acadêmico por diminuir, em certo ponto, a legitimidade da atuação dessas organizações e, ao destiná-las toda a responsabilidade pela derrota das movimentações contra o regime militar.

Ainda na linha revisionista, temos o livro *O fantasma da revolução brasileira*, de Marcelo Ridente que apresenta uma análise menos carregada de uma opinião ideológica pessoal.

Elaborados pela Arquidiocese de São Paulo e por pesquisadores, *Brasil: nunca mais* e *O perfil dos atingidos*, são dois volumes que apesar de não alisarem as concepções teóricas ou ideológicas dos movimentos contrários a ditadura, são extremamente relevantes para caracterizar o Estado autoritário e repressivo implantado a partir de 1964 no Brasil. Os volumes fornecem dados importantes sobre o período, sobretudo, em relação ao número de pessoas presas e torturadas, ao detalhamento e formas de torturas utilizadas e as ações jurídicas envolvendo as pessoas acusadas de subversão.

Sobre a Guerrilha do Araguaia especificamente a produção historiográfica não é tão extensa, mas possui alguns trabalhos essenciais. Tanto no sentido de trazer à tona uma página quase esquecida da história brasileira, quanto na contribuição para as análises dessa experiência. Podemos citar o livro *Guerra de Guerrilhas*, do jornalista Fernando Portela, feito a partir de diversas reportagens do *Jornal da Tarde de São Paulo*. O livro *Araguaia: O Partido e a Guerrilha*, organizado por Wladimir Pomar, onde o autor apresenta na introdução uma polêmica com o PCdoB acerca da importância e do significado da guerrilha.

O livro *Xambioá: guerrilha no Araguaia*, de Pedro Corrêa Cabral, apresenta o viés de quem na época atuava pelas Forças Armadas. O autor, coronel reformado da Aeronáutica, participou diretamente do combate a Guerrilha na fase final da sua aniquilação. Por isso, o livro fornece informações e detalhes importantes, apesar de apresentar uma narrativa romanceada.

Utilizamos à produção historiográfica existente para ampliar o conhecimento sobre o assunto, buscando identificar as suas polêmicas, divergências e consensos. Dessa forma, no primeiro capítulo da pesquisa fizemos um apanhado do contexto da América Latina no final da década de 50 para frente, quando o mundo todo ainda vivia sob a conjuntura internacional da Guerra Fria. Abordamos também a questão política do Brasil e o início da gestação do Golpe Militar no país.

No segundo capítulo é apresentado o panorama das organizações de esquerda que formavam o cenário político brasileiro nos anos que precederam o golpe militar, com ênfase no PCB e no PCdoB. São abordadas também as discussões teóricas que marcaram os setores da esquerda brasileira, sobre qual seria o caminho para superar o regime repressivo instaurado a partir da consolidação da Ditadura.

No terceiro capítulo é feita a contextualização, sobretudo econômica, da região do Araguaia, onde foi implantada pelo PCdoB a guerrilha rural contra a Ditadura. Nesse capítulo também é abordado o processo inicial de construção da Guerrilha já no interior do país. O capítulo apresenta a fase de resistência e confronto no Araguaia entre os Guerrilheiros e as forças da repressão após o movimento ter sido descoberto. Por fim, é abordada a derrota da Guerrilha e a visão do PCdoB sobre a experiência armada no Sul do Pará.

Esse trabalho não tem a pretensão de esgotar os debates e análises sobre o referido tema, mas de marcar o início de uma trajetória acadêmica que possa à luz de pesquisas futuras fundamentadas e críticas, contribuir para a elucidação da importância histórica que tiveram os movimentos de resistência à Ditadura Civil- Militar Brasileira.

2. CONJUNTURA DA AMÉRICA LATINA ATÉ A CULMINAÇÃO DOS GOLPES CIVIS-MILITARES

2.1 GUERRA FRIA: EMBATES LATINOAMERICANOS

A América latina viveu um processo de intensa efervescência política durante as décadas de 1960 e 1970 influenciadas por um cenário internacional que tinha como pano de fundo a Guerra Fria que se prolongou entre 1947 e 1991 gerando desdobramentos que ultrapassaram o eixo União Soviética- Estados Unidos.

A ordem mundial da segunda metade do século XX foi marcada pela bipolarização entre os interesses das duas grandes potências que disputavam os rumos da política econômica do mundo. Essa lógica dual, simbolizada pelo Muro de Berlim que dividia o mundo entre a União Soviética que representava o bloco socialista e os Estados Unidos que representava o bloco capitalista, fundamentou a Guerra Fria numa tentativa de ambos os lados consolidarem sua hegemonia por todo território mundial. Entre outras abordagens mais profundas sobre esse momento de tensão entre os principais blocos políticos do período, Domenico Losurdo em seu livro *A Fuga da História* aponta:

“É a chamada Guerra Fria, que abarca todo o planeta e se prolonga por décadas. No início dos anos 50, suas características foram assim explicadas pelo general norte-americano James Doolittle: “Não existem regras em tal jogo. Não têm mais validade as normas do comportamento humano até agora aceitáveis [...] Devemos aprender [...] aprender a subverter, sabotar e destruir nossos inimigos com métodos mais sofisticados e mais eficazes do que aqueles que usam contra nós.” (LOSURDO,2004, p.27)

Os métodos sofisticados correspondem à intensiva investida bélica desenvolvida por ambas as potências nesse período, inaugurando um novo ciclo na capacidade de ofensiva dos países que disputavam o controle mundial de poder e influência. No entanto, o desenvolvimento dessa nova

e poderosa tecnologia bélica por ambas as potências e não mais apenas pelos Estados Unidos gerou uma grande possibilidade de eclodir uma guerra nuclear em grandes proporções. Diante desse panorama o cenário da Guerra Fria acabou consolidando-se através de confrontos em áreas específicas, onde os dois blocos apoiavam e financiavam com armamentos tradicionais, em alguns momentos, os países que fossem seus aliados ou estivessem sob sua área de influência e dominação, levando em consideração em que naquele período o mundo encontrava-se dividido em dois pólos divergentes como já foi citado anteriormente. Os conflitos localizados mais expressivos do período embrionados pela Guerra Fria foram a Guerra da Coreia; A Guerra da Indochina e a Guerra do Vietnã. Marcas desse período perpetuam-se até hoje no seio das populações e da história local desses países.

A Guerra Fria atingiu os países latino-americanos fomentando um tensionamento nas relações entre eles e a potência dominante de seu próprio bloco que, por sua vez, queria ampliar sua zona de influência na perspectiva de consolidar seu projeto político e socioeconômico. A América Latina, era então, entendida dentro da relação histórica de sua formação dependente à medida que era explorada e colocada inicialmente numa posição de fornecedora de riquezas e matérias-primas para os grandes centros de dominação mundial e assumiu um papel de relevante importância nas questões ideológicas, práticas e pragmáticas ao longo do século XX no que diz respeito a suas experiências contra-hegemônicas frente ao imperialismo norte-americano.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a precariedade econômica em que os países e potências europeias envolvidas no conflito mundial principalmente, Inglaterra e Alemanha, bem como o emergente Japão, os EUA estavam numa posição privilegiada considerando o cenário internacional. Possuíam um mercado interno sem muitas variações negativas e grande capacidade de influência política. Essa conjuntura se deu a partir do frágil e indireto impacto que o conflito destruidor da Segunda Guerra mundial exerceu sobre o país, permitindo que os Estados Unidos consolidassem sua considerável hegemonia sobre o sistema capitalista mundial e em boa parte dos países da América latina, onde ampliou sua influência e intervenção. Moniz Bandeira em seu livro: *Brasil- Estados Unidos. A rivalidade Emergente*, aponta para esta situação:

“O governo de Eisenhower, com efeito, empenhou-se em promover os interesses das corporações norte-americanas, tratando

de criar, internacionalmente um clima favorável à expansão de seus investimentos e proporciona-lhes melhores condições de segurança e proteção. Qualquer movimento de mudança social e/ou de corte nacionalista, a ameaçar interesses privados dos Estados Unidos, afigurava-se-lhe, portanto, como obra do comunismo, que exigia pronta e enérgica repressão. Desse modo, enquanto Eisenhower e seu secretário de Estado, John Foster Dulles (...) organizou e treinou um corpo de exilados políticos, a fim de invadir a Guatemala (1954), onde o governo de Jacob Arbenz, realizando a Reforma Agrária, expropriara algumas terras da UnidFruit e os comunistas, devido ao próprio conflito com os Estados Unidos, ganhavam algumas posições." (BANDEIRA, 2011, p.85)

A questão colocada é que o pano de fundo de todas as articulações e aspirações políticas exercidas no continente Americano a partir de então estavam diretamente relacionadas com a narrativa da Guerra Fria. O medo e a necessidade de frear a expansão ideológica do comunismo sobre os países latino-americanos geraram uma espécie de “estado de alerta” por parte dos EUA frente aos governos, a partir de então, eleitos na América Central e do Sul, causando desconfiança de qualquer posição governamental desses países que se mostrasse em algum direcionamento, por menor que ele fosse, divergente da política exterior dos Estados Unidos. Sob este ponto de vista, muitos presidentes foram considerados vulneráveis à “influência do bloco soviético”, ainda que não obtivessem nenhuma aliança para além das relações diplomáticas com a URSS naquele momento. Nesse sentido, em decorrência da Guerra Fria desenvolveu-se a intensiva e estratégica propaganda anticomunista realizada pelo governo norte-americano, utilizando-se, para isso, massivamente de meios de comunicação, a fim de formar uma opinião pública contrária ao movimento comunista.

A América Latina ao mesmo tempo em que lutava para desprender-se da dependência econômica, social e cultural, construída estruturalmente a partir da sua formação histórica colonial, tinha que conduzir sua inserção econômica no mundo dividido em dois projetos distintos. Sob a presidência de Kennedy (1961-1963) os Estados Unidos frente à necessidade de garantir seu controle no continente, com o avanço das ideias comunistas na região, estruturaria sua ação em duas frentes: uma repressiva e outra preventiva (BANDEIRA).

A primeira frente caracterizava-se na investida do governo norte-americano em consolidar instrumentos investigativos, como por exemplo, a CIA, com o objetivo de infiltrar seus agentes nos movimentos tidos como “suspeitos” por toda a América Latina. Assim como, também, a criação de novos grupos chamados “contrainsurreição” que promovessem treinamentos militares, táticas de guerrilha afim de, numa ação repressiva, combater diretamente qualquer aspiração revolucionária que pudesse surgir no continente. Quanto a segunda frente da política externa adotada por Washington a partir da presidência de Kennedy, a “preventiva”, consistia na investida norte-americana em perpetuar sua zona de influência pelos países latino-americanos através de medidas diversas, sobretudo, no período em que a América latina já estava engajada de maneira mais forte na bipolarização mundial traduzida na disputa de hegemonia entre a URSS e os EUA. O principal exemplo dessa estratégia foi o programa chamado “Aliança para o Progresso”, criado no governo de Kennedy, que visava, através da oferta de assistência técnica e financeira pelos Estados Unidos, dois objetivos principais para com os rumos da América Latina: garantir apoio e aliança política dos governos civis eleitos por toda a América e também atenuar qualquer possível embrião revolucionário pelo continente. De acordo com a intenção do governo de Washington, à medida que oferecessem recursos aos países da América central e do Sul para incentivar o desenvolvimento nacional destes e promover algumas pequenas reformas nas principais áreas básicas como: saúde, educação e higiene, impedia-se que esses países se tornassem aliados em “potencial” do comunismo e do bloco soviético, cujo ideário ia ao encontro da superação das suas necessidades.

Na verdade, o principal objetivo dessas operações era menos a preocupação com as democracias representativas e, sim, o permanente estado de alerta frente à expansão do comunismo, sobretudo, dentro dos limites latino-americanos. Neste sentido, tendo em vista a Revolução Cubana, o objetivo das operações eram chegar até Cuba e ao governo de Fidel Castro, onde se concentrava o maior perigo de influência do comunismo no continente. Os EUA precisavam ser respaldados por um objetivo que fosse plausível e que pudesse obter também o apoio de outros países, ficando livres para barrar o avanço das ideias consubstanciadas a partir da Revolução de 1 de janeiro de 1959.

Na conjuntura das décadas de 50 e, posteriormente, Cuba tornou-se um perigo iminente para os interesses da política externa dos EUA, seja pelo estreitamento de suas relações com a

União Soviética, seja pela inspiração revolucionária que a pequena ilha causou em diversos países da América Latina. A experiência cubana articulou uma nova onda de agitação nas discussões políticas do continente, sobretudo entre a esquerda latino-americana, apontando para a possibilidade revolucionária dentro das Américas. Nesse sentido, os partidos comunistas de todo o continente mobilizaram-se em torno das análises sobre a experiência cubana, assim como, debruçaram-se novamente nos estudos acerca do caminho teórico, tático e estratégico para a revolução socialista na América Latina. A Revolução Cubana apresenta-se como uma nova alternativa às premissas clássicas do marxismo e do movimento comunista internacional que conferiam ao Partido Comunista a vanguarda responsável por fazer a revolução, diferente do que aconteceu em Cuba com a ascensão e vitória do Movimento Revolucionário de Fidel Castro, Camilo Cienfuegos e Ernesto Che Guevara. A História da América Latina na segunda metade do século XX é marcada, portanto, pela Revolução Cubana que se configurou como o principal elemento contra hegemônico frente ao imperialismo estadunidense, inaugurando um novo ciclo para a perspectiva revolucionária no continente uma vez que, optou por um caminho revolucionário diferente do que vinha sendo proposto, até então, pela esquerda clássica e tradicional.

Nesse sentido, diante do perigo expresso pelo governo de Castro e do acirramento das lutas ideológicas que permearam todo o período temporal abordado até aqui, as relações de poder dentro do continente americano desenharam-se a partir da atuação intervencionista do governo norte-americano, onde a necessidade de garantir a sua posição de dominação hegemônica ultrapassava as fronteiras geográficas, através da consolidação de diversos mecanismos formais e burocráticos de controle político e econômico sob os demais países da região, anteriores aquele momento, como a Doutrina Monroe, Destino Manifesto e a Emenda Platt. Nesse contexto, os EUA exigiam um alinhamento automático do continente aos ditames da Guerra Fria, consideravam como "comunistas" qualquer manifestação de nacionalismo.

No plano econômico, a América Latina era vista pelos EUA como região de "reserva econômica", procurando mantê-la como consumidora de produtos manufaturados e tentando impedir seu desenvolvimento e, portanto, criando obstáculos a sua industrialização. Neste sentido, deve-se entender a ação de organismos econômicos sob seu controle, forçando os países latino-americanos a adotar um liberalismo econômico ortodoxo. Projetos desenvolvimentistas,

ainda que associados ao capital internacional, se apresentassem um viés nacionalista, eram acusados de "comunizantes". A América Latina após transcorrido o processo de lutas sucessivas pelas independências nacionais e libertação do colonialismo português e espanhol formando as nações latino-americanas, ainda que frágeis, pouco consolidadas e com a manutenção das mesmas práticas comerciais e econômicas da época colonial, encontrava-se diante de um novo entrave para a efetiva construção da soberania nacional e independência dos países não só no âmbito político, mas também econômico: o imperialismo. Vladimir Ilitch Lênin em sua obra: *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* coloca:

"Como vimos, o imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina já o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada (...) O monopólio nasceu da política colonial. Aos numerosos "velhos" motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas "esferas de influência", isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, etc., e, finalmente, pelo território econômico em geral." (LÊNIN, 1916, p.60)

A história dos países do século XX na América Latina precisa ser compreendida no contexto da atuação do imperialismo norte-americano. Apesar de travestido em novas formas, na sua essência mantém o caráter intervencionista e selvagem na corrida pela dominação das nações periféricas. Como dissemos anteriormente, o surgimento do nacionalismo dos países latino-americanos corroborou para o clima de desconfiança política que pairava sobre o continente no período abordado. A posição adotada por alguns governos locais, de superação frente às dependências econômicas historicamente construídas nesses países, gerou uma preocupação aos interesses privados e particulares que os EUA mantinham até região.

Os governos que traçavam alternativas político-econômicas que, de alguma forma, se contrapusessem a esses interesses, se constituíram em alvos da intervenção dos Estados Unidos. A situação latino-americana de subdesenvolvimento e fragilidade democrática, no contexto da

Guerra Fria, levaria o governo dos EUA receando novos movimentos revolucionários no continente, a articular e participar ativamente do processo que costurou os golpes civis-militares nos países do Cone Sul, instaurando logo após as Ditaduras nos países em questão.

Assim, quase numa ação de efeito dominó, foram orquestrados golpes militares sustentados pelo governo imperialista norte-americano no Chile, Paraguai, Argentina, Uruguai, Bolívia e Brasil, derrubando governos eleitos democraticamente e instaurando Ditaduras que foram responsáveis pela prática do terrorismo de Estado e violação dos Direitos Humanos. Resultando num saldo de milhares de mortos, através das mais variadas formas de tortura com requintes de crueldade e assassinatos, nos países citados.

2.2 ANTECEDENTES AO GOLPE DE 1964

O Brasil era um dos países mais importantes da América Latina aos olhos do imperialismo estadunidense. Assim como, outras nações latino-americanas, também passou pelo processo de colonização, usurpação de suas riquezas e matérias-primas para alimentar a acumulação de capital dos países centrais do capitalismo.

Desde a derrubada da ditadura do Estado Novo em 1945 até o golpe de 1964, o Brasil gozou de certa democracia, se entendemos aqui o termo democracia dentro da perspectiva do materialismo histórico em que, só é possível a conquista plena democrática a partir do processo da luta de classes que promova a superação das classes hegemonicamente dominantes. Estamos falando, pois, de um Estado e de uma democracia burguesa. Neste curto período democrático, em 1961 com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, seu vice-presidente João Goulart, chegou ao mais alto cargo político do Brasil. João Goulart assumiu sob o regime parlamentarista e, após um plebiscito em janeiro de 1963 que consolidou a volta do presidencialismo, passou a governar efetivamente o país.

O cenário do governo de Jango apresentou basicamente os mesmos problemas que existiam no curto período de governabilidade de seu antecessor Jânio Quadros. Na esfera econômica a inflação era crescente e o PIB nacional estava congelado, desagradando diversas

camadas que disputavam os rumos do governo que, por sua vez, tinha a difícil tarefa de conciliação entre setores distintos da sociedade. Os caminhos para a solução dos problemas enfrentados pelo governo tinham rumos antagônicos, à medida que eram encabeçadas por grupos que possuíam interesses diferentes, tornando a situação de conciliação mais complicada, como diz Caio Navarro de Toledo em seu artigo: *1964- O Golpe contra as reformas e a democracia*:

"De início, assinala-se que a composição do primeiro ministério presidencialista de Goulart revelaria de forma muito expressiva as ambiguidades, as limitações e o estilo conciliador que predominariam durante todo o governo. No ministério encontravam-se políticos conservadores do PSD, petebistas "fisiológicos" e "nacionalistas" e militares dos setores "duros". O Ministério era, assim, a expressão dos difíceis compromissos assumidos por Goulart para tomar posse: conciliar nacionalistas radicais e setores conservadores além de reformistas, antirreformistas e simpatizantes socialistas." (TOLEDO, 2004, p.1)

Nesse contexto político surge o Plano Trienal elaborado por Celso Furtado no final de 1962. Composto por dois elementos centrais, o primeiro consistia em medidas de combate ao aumento inflacionário e o segundo nas polêmicas Reformas de Base englobando reformas agrária, universitária, eleitoral, tributária, da legislação em relação ao capital estrangeiro, bancária e urbana. Sobre o Plano Trienal, Cássio Silva Moreira coloca em sua tese de Doutorado- *O Projeto de Nação do Governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*:

"O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico Social, elaborado pelo então ministro do Planejamento, Celso Furtado, foi uma tentativa de combater a inflação no curto prazo e, no longo prazo, promover o crescimento sustentável e reestruturar a economia de forma a permitir o desenvolvimento econômico. Essa mudança se daria por meio das reformas de base, que consistiam em reformas no comércio exterior e na limitação da atuação de empresas estrangeiras, assim como na estrutura agrária, uma

reforma universitária e o aperfeiçoamento da legislação social (expandindo a legislação para o campo) e da legislação política (com a extensão do voto aos analfabetos). A diminuição da dependência externa seria por meio da industrialização, da renegociação da dívida externa e das reformas de base, embora algumas medidas mais ortodoxas como contenção do investimento público e do salário real seriam realizados no curto prazo nesse período de transição." (MOREIRA, 2011 p.54)

A questão do combate à inflação e a maneira como isso seria feito ficou mais em evidência nas discussões acirradas da política nacional. Apesar de não propor formalmente o afetamento nos salários dos trabalhadores, o Plano Trienal por se tratar de um plano com um caráter de "salvação nacional" direcionava um pedido de "aperto dos cintos" sob a justificativa de ser necessário para a obtenção de benefícios em longo prazo para o país, o que afetaria basicamente a classe trabalhadora. Se, no primeiro momento havia tido, em certa medida, uma boa receptividade por parte de alguns setores da sociedade como, por exemplo, o empresariado industrial, logo iria sofrer seus primeiros questionamentos por parte das classes populares. Algumas articulações começaram a ser feitas e, logo no mês de fevereiro, o CGT produziu um manifesto que caracterizava como "reacionário" o plano proposto pelo governo Goulart. As críticas se aprofundaram à medida que a política de eliminação de subsídios do trigo e do petróleo atingiu diretamente os salários da classe trabalhadora. A oposição em torno do Plano Trienal cresceu através da articulação de organizações como a CGT, FPN, PUA, UNE e o também o grupo "nacionalista" do PTB.

Em meados de 1963 crescia a opinião de que não havia acontecido nem a diminuição da inflação e nem o aumento do crescimento, ao contrário, o cenário continuava de inflação sem crescimento. Durante esses desdobramentos referentes ao primeiro eixo central do Plano Trienal, Jango vinha colocando de forma mais efetiva as bandeiras das Reformas de Base que num primeiro momento haviam ficado em segundo plano. Assim, em certa medida, as demandas das classes populares estavam sendo levantadas preocupando os setores empresariais brasileiros, aliados aos grandes empresários internacionais formadores do bloco multinacional e associado. A situação agravou-se quando Goulart, num documento enviado ao Congresso Nacional, chamado "Caminho Brasileiro" definiu mais robustamente o caráter das reformas, no sentido de

tornar possível um caminho de desenvolvimento capitalista mais equilibrado e autônomo no país. É pertinente a colocação de René Dreifuss sobre o bloco multinacional e associado:

"A fim de impelir seus interesses específicos, o capital transnacional apoiou-se não somente em seu poder econômico, mas também desenvolveu perícia organizacional e capacidade política próprias para influenciar as diretrizes políticas do Brasil. Essa perícia e capacidade foram incorporadas em uma intelligentsia política, militar, técnica e empresarial, isto é, nos intelectuais orgânicos dos interesses multinacionais e associados e nos organizadores do capitalismo brasileiro. Eles formavam, com efeito, a estrutura do poder político corporativo do capital transnacional, que se desenvolveu durante o processo de inserção e consolidação das corporações multinacionais no Brasil. Como foi visto anteriormente, a partir de meados da década de cinquenta os interesses multinacionais e associados se cresceram e se fortaleceram rapidamente, tornando-se indubitavelmente, a força econômica dominante em princípios da década de sessenta." (DREIFUSS, 2006. p. 73)

O tensionamento desse período provocado pela colisão de interesses, explicitados no documento "Caminho Brasileiro", entre os setores políticos dominantes e os setores populares da sociedade brasileira é descrito da seguinte forma por Cássio Silva Moreira:

"As medidas propostas afetavam muitos interesses, entre eles das empresas estrangeiras principalmente americanas. Nesse contexto, o governo dos EUA resolveu, em 1963 bloquear os créditos externos ao Brasil e pressionou o país a adotar medidas de caráter recessivo para combater o crescimento inflacionário. Todavia, o aprofundamento de um projeto nacional necessitava de condições externas favoráveis, o que se defrontava com condições internacionais adversas, pois além da política externa americana ser intervencionista, havia expansão das empresas estrangeiras em busca de novos mercados. As medidas nacionalistas de Goulart, portanto, chocavam-se frontalmente com os interesses estrangeiros

no país. Esse fato, aliado a interesses políticos locais, ajuda a delinear o contexto da crise de 1964 (...) " (MOREIRA, 2011 p.55)

Este período pré- 64 no Brasil foi marcado por um intenso debate ideológico em torno da direção em que devia seguir o país, tanto do ponto de vista econômico, como, do ponto de vista social:

"O cenário político-cultural dominante na década de 1960, compunha-se de instituições e seus veículos de difusão de ideias, distintas e/ou antagônicas. É pois, necessário, para a análise de contextos históricos específicos, compreender os discursos e a complexidade de suas relações no interior de uma formação social" (TOLEDO, 2006, p.1)

Neste sentido a luta ideológica no pré-64 deve ser compreendida não como uma imposição unilateral de interesses e sim como o local onde os discursos e as práticas dos diversos grupos sociais se relacionavam em busca da hegemonia¹. Cabe-nos ressaltar aqui a atuação do complexo IPES/IBAD que tinha como finalidade combater o governo do Jango e denunciar as forças sociais que, mesmo moderadamente, apoiavam sua administração. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais- IPES e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática- IBAD, possuíam uma elite orgânica de diferentes vertentes ideológicas. No entanto, três posições unificavam a atuação dessa elite dentro do complexo IPES/IBAD, sendo elas o posicionamento anticomunista, as relações econômicas multinacionais e associadas e o objetivo de readequar o Estado. O complexo IPES/IBAD, apresentando-se como "agremiações apertadas com objetivos essencialmente educacionais e cívicos", buscavam mascarar a ação permanente de viés político-ideológico e militar por eles coordenadas. Em sua análise sobre a formação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, Dreifuss coloca:

"Com a cobertura do IBAD, a elite orgânica, feroz e publicamente, fazia campanha através da mídia, bem como tomava medidas econômicas contra o "desviante ou irresponsável comportamento político" de empresários individuais que não se ajustavam à exigida

oposição ao governo de João Goulart. Nessa atividade específica, a Ação Popular e Democrática do IBAD (ADEP) desempenhou papel significativo. A ADEP desenvolveu duas campanhas básicas sob inócua denominação de "Ação Social". Uma consistia na pressão econômica sobre as empresas privadas e entidades sociais que não se identificavam com seus ideais políticos ou que realmente davam apoio a diretrizes governamentais. A outra era o direcionamento político da opinião pública e empresarial contra o governo nacionalista e contra determinadas figuras públicas. A campanha através da mídia foi muito útil às tentativas da elite orgânica de consolidar uma frente conservadora de opinião pública com objetivos modernizantes, em consonância com metas empresariais e em oposição às tentativas nacional-reformistas de João Goulart." (DREIFRUS, 2006. p. 179)

Por isso, à medida que o governo de Goulart sinalizava uma envergadura de cunho minimamente progressista passando de maneira mais enérgica a falar das reformas, intensificou-se sobre ele a acusação, por parte dos setores conservadores nacionais/ internacionais, de se alinhar próximo aos ideais comunistas. Lembremos a influência da permanente disputa ideológica proveniente do contexto da Guerra-Fria e dos seus desdobramentos nos países da América Latina, como o Brasil, nas décadas pré e pós golpes civis militares.

A desestabilização do governo de Jango colaborou para uma crescente investida na propaganda anti-governo orquestrada por parte das elite brasileiras em consonância com forças norte-americanas. Nessa perspectiva, todo o governo de João Goulart viveu sob um tensionamento que fragilizava sua governabilidade e colocava em nível de perigo a continuação do seu mandato constitucional. Assim, mais especificamente entre os anos de 1962-1964 inaugurou-se a construção inicialmente disfarçada e sorrateira, no entanto, conjuntural de um golpe de estado no país buscando destituir o bloco populista então no poder. Esse momento de articulação que precede o golpe de 1964 é chamado por René Armand Dreifuss em seu livro, *A conquista do Estado*, de "período de ação de classe organizada".

Entre outros planejamentos estratégicos, sobre a tática da ação de classe organizada Dreifuss aponta o seguinte:

"As táticas da elite orgânica compreendiam desde atividades que objetivavam efeitos em longo prazo na orientação global das perspectivas sociais, econômicas e político-militares, até táticas defensivas planejadas objetivando ganhar tempo suficiente para a ação estratégica política e militar lograr efeito. Duas modalidades de ação devem ser consideradas: 1) ação ideológica e social; e 2) ação político-militar." (DREIFRUS, 2006 p. 248)

Nesse sentido, fica claro que no bojo da efervescência política brasileira precedentes ao golpe civil-militar de 1964, que existia a construção de um arranjo político pragmático e também ideológico na defesa de interesses internos com externos, através de um projeto de direcionamento específico de condução do Estado brasileiro que possuía como característica básica: a maior abertura ao capital estrangeiro entrelaçado com interesses obscuros frente a soberania nacional.

Para obter respaldo de amplas camadas médias da sociedade, utilizando as táticas de ação ideológica e social e doutrinação geral, como citadas acima por Dreifusus, a elite orgânica brasileira atrelada as forças imperialistas agiu centralmente, através do complexo IPES/IBAD e dos demais aparelhos político-ideológicos, nas intensivas campanhas anticomunista no país, ao mesmo tempo em que associava a figura de Jango, que nunca chegou próximo a implementar nenhuma medida de cunho mais radical, ao comunismo. No mundo pós 2º Guerra o Brasil se inseriu na "Guerra Fria" alinhando-se so bloco capitalista e, segmentos das suas classes dominantes iriam reafirmar as bases capitalistas e levar adiante a ideologia anticomunista, cumprindo suas funções na agenda da divisão internacional do trabalho.

Internamente a ordem socioeconômica até então defendida pela aliança de classes se encontraria ameaçada com a crise econômica já explicitada em 1960, inviabilizando o avanço das bases do projeto de orientação nacional- reformista dominante desde o Estado Novo, com o rompimento do pacto populista. A crise se dá no âmbito das relações de produção e passa, como analisa Francisco Oliveira, ao primeiro plano político (OLIVEIRA, Francisco.1987). O desenvolvimento da ordem social capitalista brasileira, foi realizada sob a direção de setores das classes dominantes e de forma subordinada associada ao capital internacional e, como diz Renato Lemos:

"O acirramento das contradições sociais, a crescente força do movimento de massas e a crise de representação política das classes dominantes se combinaram com a agenda da contrarrevolução internacional, pautada pela Guerra Fria, para determinar uma solução violenta dos impasses vividos pelo regime democrático da Constituição de 1946, sob duplo ataque, vindo de setores capitalistas emergentes e do movimento sindical dos trabalhadores."
(LEMOS, ano, p.1)

No contexto, como já foi dito, de Guerra Fria no imaginário do grande senso-comum qualquer associação a essa visão de mundo oferecia um perigo para as nações. Corroborando com essa tentativa que buscava a fragilização do governo vigente criou-se a narrativa de um caos nacional, de uma anarquia generalizada por parte das massas populares, da perda da moral e da ordem.

Esse discurso permaneceu e ganhou força levantando a adesão de vários setores da sociedade, desembocando na instauração do golpe civil-militar no Brasil em 1 de Abril de 1964, tendo como sua primeira demonstração simbólica da consolidação de uma Ditadura o ateamamento de fogo na sede da União Nacional dos Estudantes-UNE, localizada na Praia do Flamengo no Rio de Janeiro na madrugada do dia 31 de março de 64. Os vinte e um anos que se seguiram após a instauração da Ditadura Civil-Militar no Brasil tiveram suas especificidades em cada período. No entanto, o objetivo proposto pelo golpe era muito claro: tratava-se de garantir interesses bem definidos dentro da política-econômica do país e fora dele. As classes dominantes, com o auxílio dos aparelhos de repressão do Estado, consolidaram o projeto de desenvolvimento dependente associado ao capital internacional que vinha sendo ameaçado pela conjuntura de conflitos entre capital e trabalho. Esta tese é colocada na análise de Dreifuss, do caráter de classe do Golpe de 1964 e dos governos da Ditadura.

3. PCDOB E A LUTA ARMADA COMO CAMINHO DE RESISTÊNCIA A DITADURA

3.1 ESQUERDA BRASILEIRA: PRINCIPAIS SETORES QUE COMPUNHAM O CENÁRIO POLÍTICO DO PAÍS NO PRÉ- 1964

O Brasil, apesar de já possuir alguns intelectuais que discutiam sobre o socialismo, teve suas primeiras ações práticas com o movimento de esquerda através do anarquismo presente logo no período da Primeira República e trazido pelos imigrantes europeus. Essa tendência política predominava entre os operários, sobretudo, a partir de 1915, quando acontece a criação de muitas indústrias no país. O movimento anarco-sindicalista atingiu seu ápice no ano de 1917 com a conhecida "greve geral". No entanto, apesar da forte influência na classe operária e do importante papel que cumpriu nas primeiras décadas do século XX, o movimento anarquista não conseguiu apontar desdobramentos políticos consequentes para suas movimentações. A falta de um programa teórico claro e a negação permanente a qualquer tentativa de construção de uma estrutura organizada para encabeçar a luta, fez com que os anarquistas fossem perdendo força. A partir daí, cresce a ideia de que, apenas através de um partido robusto e centralizado, seria possível conquistas concretas na superação do capital e da exploração da classe trabalhadora.

Nesse mesmo período triunfou na Rússia a Revolução Bolchevique que gerou fortes impactos na política mundial, inaugurando um período de ascensão do Movimento Comunista Internacional proveniente da experiência da URSS. As análises feitas por Karl Marx e Friedrich Engels acerca da sociedade capitalista, suas contradições, a necessidade e o caminho da sua superação tiveram um largo alcance e penetração no seio das sociedades de diferentes partes do mundo. Em conjunto com o protagonismo das ideias de Marx e Engels, surgiu também a figura de Lênin e sua formulação teórica acerca da concepção de Partido Comunista. As contribuições teóricas feitas por Lênin sobre o conceito e a própria forma organizacional de partido passaram a ser seguidas em escala mundial após a difusão das ideias revolucionárias oriundas da Revolução Russa.

A criação da Terceira Internacional comunista em 1919, a partir da perspectiva do internacionalismo proletário, cumpriu um papel estratégico na expansão do pensamento de esquerda para fora dos limites da URSS. Colaborou para a divulgação do marxismo e fortaleceu um processo de fundação de Partidos Comunistas em vários países. No Brasil que nesse momento apresentava uma queda do movimento anarquista, até então, predominante no meio dos trabalhadores, o apoio da Terceira Internacional só fez contribuir para um anseio já presente entre os operários da época de criar um partido exclusivamente voltado para a classe operária. Nesse sentido, a velha guarda que havia rompido com o movimento anarquista brasileiro, em 25 de março de 1922 funda em Niterói o Partido Comunista do Brasil- PCB. O PC do Brasil é inserido no cenário da política mundial em 1924 quando é efetivado membro integrante, ao lado de outros PCs latino-americanos, da Internacional Comunista. Doravante, lida como IC.

O Brasil a partir da criação do PC passou a ter um órgão declaradamente comunista atuando na política nacional em suas mais variadas frentes. Seguindo a tradição da IC o Partido no Brasil promoveu a organização de suas bases a partir da concepção marxista-leninista vitoriosa na Revolução de 1917 na Rússia. Sendo assim, o PCB inaugurou um novo ciclo no movimento operário brasileiro tanto no que se refere ao método organizacional da classe a partir do partido, como também na teoria, agora comunista, que deveria servir de embasamento para as lutas dali por diante. Apesar de a sua história ter sido marcada por recorrentes cassações do registro eleitoral e clandestinidade, como foi o exemplo do período do Estado Novo (1937-1945), em que o partido foi colocado na ilegalidade. Com decorrer dos anos o PCB transformou-se num partido de grande expressão no país, como demonstra Jacob Gorender:

"No período de 1946 a 1964, o PCB representou a principal força de esquerda de inspiração marxista (a sigla correspondeu a Partido Comunista do Brasil até 1961 e, daí em diante, a Partido Comunista Brasileiro). Dispunha de quadros experientes e completamente dedicados ao trabalho partidário, sua radicalização no movimento operário era sólida e muito mais importante que das outras correntes, contava com ramificações no meio camponês, tinha forte influência no movimento estudantil e nas campanhas anti-imperialistas. Servia de referencial a todas as organizações de esquerda." (GORENDER, 1987, p. 20)

No entanto, o PCB sofreu com sérias divergências nas fileiras do partido a partir do ano de 1956. Essas divergências estenderam-se por alguns anos até culminar na reorganização formal do partido feita por dirigentes do antigo Comitê Central, na Conferência Nacional Extraordinária em 1962. Dessa conferência em diante o partido aderiu a nova sigla PCdoB, mas que correspondia ao nome tradicional do partido fundado em 1922, sendo este Partido Comunista do Brasil.

Os embates surgidos no interior do PC do Brasil tinham como pano de fundo discussões que se fundamentavam tanto em relação aos acontecimentos do polêmico XX Congresso do Partido Comunista da Rússia- PCUS, quanto na própria realidade nacional em que o partido se inseria. O ocorrido no XX Congresso do PCUS não foi o principal e único fator responsável pelo processo de divisão do movimento comunista brasileiro. Mas, foi um elemento que contribuiu para o acirramento dos embates gerados no interior partidário.

Nikita Krushev secretário- geral do PCUS, apresentou no vigésimo congresso do PC da Rússia um relatório que denunciava crimes cometidos por Stálin considerado, até então, um dos maiores responsáveis pela vitória da URSS. Sem a pretensão aqui de analisar profundamente a conduta de Stálin, a questão é que as acusações feitas a sua pessoa geraram um cenário de confusão entre o movimento comunista mundial, inclusive no Brasil. Krushev tinha o objetivo de orientar novos rumos para o PCUS naquele momento, defendendo a possibilidade de construir um movimento comunista menos combativo e que assumisse uma linha pacifista. As teses apresentadas ao Congresso demonstravam claramente seu afastamento da teoria marxista-leninista, espinha dorsal de qualquer partido comunista tradicional, afirmando a possibilidade de uma coexistência pacífica com o imperialismo.

No Brasil as informações a respeito do XX Congresso e suas denúncias a Stálin provocaram um movimento liquidacionista, encabeçado por Agildo Barata, mas que logo foi minimizado pela maioria dos comitês partidários. No entanto, Luís Carlos Prestes insistiu em convocar todo o partido a lutar contra o movimento liquidacionista surgido dentro do partido, chamando todas as atenções para esse ponto e colocando em segundo plano as discussões urgentes referentes às resoluções aprovadas no XX Congresso do PCUS que, claramente, reorientavam o Movimento Comunista numa direção distante do marxismo-leninismo. Porém, era explícito que naquele momento o partido não precisava somar esforços contra o liquidacionismo que desapareceu da mesma maneira que surgiu. A questão necessária era

aprofundar os debates partidários sobre o caráter ideológico e teórico adotado pelo Partido Comunista da Rússia pós o XX Congresso, os desdobramentos internacionais gerados a partir disso e o posicionamento do Partido no Brasil.

Logo, alguns dirigentes partidários históricos como João Amazonas e Maurício Grabois, não hesitaram em explicitar suas opiniões acerca das resoluções do Congresso do PCUS, enquadrando-as como revisionistas e distantes da proposta revolucionária. No entanto, a essa altura a linha política proposta pelo Congresso do PC da Rússia só veio contribuir para uma orientação partidária que já vinha sendo construída no PC do Brasil por Luís Carlos Prestes, defendendo uma posição mais moderada que propunha modificações na sociedade brasileira dentro dos limites da ordem e através da articulação com setores populares como, por exemplo, a linha trabalhista¹ do PTB. Essa opinião passou a ser hegemônica, a partir da "Declaração Política de Março de 1958", adotada oficialmente pelo partido.

Somada às polêmicas oriundas do XX Congresso do PCUS, estava também a discussão em âmbito nacional que girava em torno do caráter de desenvolvimento econômico que o Brasil necessitava. Mais uma vez havia um sério embate partidário como descreve José Carlos Ruy:

"Na segunda metade da década de 1950 o desenvolvimento capitalista passou a ser reconhecido como uma realidade histórica efetiva, e duas correntes se formaram em sua avaliação pelos comunistas. Uma delas, dominante, encarava esse desenvolvimento de forma positiva, cabendo aos comunistas apoiá-lo. A outra corrente, minoritária, enfatizava a análise do caráter de classe do desenvolvimento e o encarava como etapa histórica necessária rumo ao socialismo.

As duas correntes tiravam consequências políticas de suas formas de encarar aquele processo. O primeiro grupo absolutizava o desenvolvimento capitalista, considerando-o progressista, sem questionar a direção política da "burguesia nacional", como chamavam então a burguesia brasileira. O grupo minoritário, articulado em torno de João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro

Pomar, entre outros, encarava aquele desenvolvimento de forma mais matizada. Insistia na luta de classes, ressaltava os interesses do proletariado, apontava a direção da "burguesia nacional" como nociva a esses interesses, e denunciava a desnacionalização decorrente da subordinação ao capital estrangeiro que desfigurava o caráter autônomo do desenvolvimento nacional." (RUY, 2010, p.1)

A opinião do primeiro grupo prevaleceu dentro do partido e foi referendada na, já citada, "Declaração Política de Março de 1958". A aprovação dessa declaração seria um marco divisor na unidade partidária à medida que foi o primeiro documento, desde 1930, aprovado pelo Comitê Central sem gozar do consenso entre os quadros partidários. Destacando-se a aprovação sem os votos de João Amazonas e Maurício Grabois. Em seguida e já na preparação para o V Congresso do Partido Comunista do Brasil, Grabois lançou um denso artigo chamado "Duas concepções, duas orientações políticas", em que ficou clara a existência de linhas divergentes dentro das fileiras partidárias e sustentou profundas críticas ao conteúdo também revisionista e contrarrevolucionário, como dito por ele, da "Declaração Política de Março de 1958".

Com base nessas colocações, o contexto interno do partido era grave no momento de realização do seu V Congresso no ano de 1960. Duras críticas eram lançadas à tese-guia do Congresso. O Comitê Central, dirigido hegemonicamente pela linha prestista, tinha consciência do enfrentamento inevitável que surgiria durante o maior fórum de deliberação partidária. Em virtude disso, com muita turbulência no processo de eleição nos congressos distritais e regionais do partido, recorreram as mais variadas manobras para garantir a maioria dos delegados. Assim, a velha guarda partidária foi derrotada no 5º Congresso que, ainda sob a direção de Prestes, consolidou a linha revisionista.

O estopim do processo de desgaste aconteceu quando o Comitê Central resolveu em 1961, sem ter debatido isso nos fóruns adequados e sob o pretexto de requerer a legalização do partido, alterar o nome do PC de, Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro (naquele período a Justiça Eleitoral proibia partidos com vínculos internacionais. Portanto o termo "PC do Brasil" poderia significar que tratava-se da instalação de um mecanismo no país que era comandado por um movimento internacional). No mesmo período o Comitê Central,

dirigido pela ala prestista, adotou novos Programas e Estatutos, retirando os princípios norteadores para a construção dos PCs em todo o mundo, sendo estes: as referências ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário.

O desdobramento dessa ação do Comitê Central foi a elaboração de uma carta chamada "Em defesa do Partido", assinada por cem militantes e quadros partidários. Essa carta, que ficou conhecida como "Carta dos cem", tinha como objetivo denunciar as infrações partidárias cometidas através do descumprimento do Estatuto do partido pelos setores revisionistas, e denunciar o ataque à essência do partido comunista quando retiraram as referências básicas para a edificação do mesmo, sustentada a partir da teoria marxista-leninista. Assim, é pertinente expor aqui um trecho do referido documento:

"Somos favoráveis a uma campanha que possibilite o retorno do Partido à vida legal. Acreditamos ser possível alcançar essa meta. Mas, queremos a legalidade do Partido revolucionário da classe operária que tenha como doutrina o marxismo-leninismo e se guie pelos princípios do internacionalismo proletário (...)

É de se estranhar, portanto, que justamente nesta conjuntura, o Comitê Central apresente documentos que fogem da definição de um verdadeiro partido revolucionário proletário.

Diante da situação criada pelo Comitê Central a ele nos dirigimos, apelando para o espírito de partido de seus membros, no sentido de que acatem as decisões do 5º Congresso, substituindo os documentos publicados em Novos Rumos por outros que se coadunem com as decisões do último Congresso, ou então convoquem um Congresso Extraordinário para resolver sobre a mudança do nome do Partido e as modificações no Programa e nos Estatutos". (EM DEFESA DO PARTIDO. 1961)

Como resposta a "Carta dos Cem" e marcando definitivamente o fim da linha entre as opiniões conflitantes dentro do PC do Brasil, o Comitê Central expulsou, no final de 1961, Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli, Calil Chade, entre outros.

Assim, em fevereiro de 1962 os quadros da velha guarda do partido (expulsos no ano anterior) convocaram a Conferência Nacional (Extraordinária) do PC do Brasil. Com a participação de diversos militantes tradicionais aprovaram uma nova direção central que continha oito membros do antigo órgão máximo dirigente, retomaram o antigo Estatuto e sob a sigla PCdoB preservaram o nome original de Partido Comunista do Brasil, como dito anteriormente. Daí em diante, o PCdoB intitula-se como a continuação do partido fundado em 1922 na cidade de Niterói no Rio de Janeiro e reivindica a herança histórica deste. No entanto, na prática, passaram a existir dentro da política do Brasil dois partidos comunistas, o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e PCdoB (Partido Comunista do Brasil).

Em conjunto com essas duas siglas existiam, também, outras vertentes no campo da esquerda brasileira atuantes no período pré- 64. Antes de nos referirmos aos demais grupos da esquerda nesse período, é necessário colocar que nesse momento a Revolução Cubana havia triunfado há alguns anos, gerando grande influência no restante do continente e tornando a discussão acerca da viabilidade revolucionária na América mais latente.

Sendo assim, cabe-nos falar sobre os grupos Trotskistas que defendiam a tese da Revolução Permanente elaborada por Leon Trotsky. Esses grupos levantavam a ideia da revolução socialista como tarefa imediata opondo-se, portanto, ao chamado "etapismo" hegemônico tanto no PCB quanto no PCdoB. No Brasil a expressão do trotskismo se deu através do Partido Socialista Revolucionário (ligado a Quarta Internacional- de caráter trotskista), que acabou dissolvido em 1952. No ano seguinte, criou-se o Partido Operário Revolucionário Trotskista- PORT. Esse partido de inspiração trotskista ganhou relativa influência no meio estudantil e intelectual. Passou a dirigir em São Paulo o periódico chamado Frente Operária e conseguiu pequena influência nos meios rurais do nordeste. No entanto, o PORT não possuiu musculatura política para dar continuidade as suas movimentações, afastando-se do movimento de massas à medida que suas propostas eram completamente desconexas da realidade e da possibilidade concreta de efetivação.

Cumpr-se destacar, que o pensamento Trotskista teve grande penetração entre parte da intelectualidade brasileira que, nas décadas de 60/70 debruçaram-se sobre as questões da formação socioeconômica brasileira e que se opuseram a visão predominante até então, calcadas nas leituras "etapistas" e "dualistas" das condições sócio históricas brasileiras. Neste sentido,

opuseram-se também ao pensamento dominante no PCB que, alinhado a III Internacional Comunista, teve sua ação orientada no sentido de uma aliança com a burguesia com vistas a uma revolução nacional anti-imperialista.

Distanciando-se das ideias de Trotsky, cresceu entre o meio cultural e intelectual do eixo Rio-Minas-São Paulo, a Organização Revolucionária Marxista que foi editora do jornal chamado Política Operária e ficou conhecida sob a sigla ORM-POLOP. Essa organização ganhou grande influência no meio universitário, realizou três congressos entre os anos de 1963-1964 e demonstrou uma força muito maior do que o trotskismo ortodoxo. A ORM-POLOP tinha sua crítica centrada ao reformismo e ao nacionalismo. No entanto em suas produções teóricas não foi capaz de elaborar um projeto alternativo aplicável na realidade brasileira. Apesar do seu engajamento no meio universitário a POLOP pouco contribuiu na ação concreta, caindo logo no isolamento político.

Outra corrente atuante no campo da esquerda brasileira deu-se a partir da Ação Popular (AP). Essa organização surgiu de um desmembramento da Juventude Universitária Católica (JUC). Alguns militantes mais politizados da JUC analisaram que, com o aprofundamento da luta de classes no Brasil, seria necessário criar um veículo de ação política que não estivesse ligado diretamente à Igreja Católica. Esses militantes entendiam que o caráter religioso da JUC estreitava a capacidade da organização de atuar concretamente na política. Assim, em 1962 é lançada oficialmente a Ação Popular num congresso em Belo Horizonte. A AP intitulou-se como seguidora de um "socialismo próprio" e não tinha as ideias de Karl Marx como hegemônicas. Na verdade, a organização inspirava-se em pensadores católicos como, Emmanuel Monier, Maritain, Lebreton, entre outros. Por isso, aderiam às formulações de um "socialismo humanista". Apesar de englobar diversas pessoas de várias camadas da sociedade foi, sem dúvida, através do meio estudantil que a AP conseguiu maior destaque e atuação efetiva na política concreta. Assim, a partir da década de 60 a Ação Popular se afirmou como uma forte corrente dentro da União Nacional dos Estudantes- UNE, entidade máxima dos estudantes brasileiros e de grande influência na política no país. Elegendo entre 1961 e 1963 os presidentes dessa entidade na figura de, Aldo Arantes, José Serra e Vinícius Caldeira.

Saindo do eixo urbano, as Ligas Camponesas foi outro movimento que obteve considerável força na esquerda do país. Inicialmente a linha adotada pelas Ligas, através de seu porta-voz

Francisco Julião, era enfaticamente legalista. A orientação dessa articulação camponesa defendia os instrumentos legais para reivindicações, atribuindo um papel importante à figura dos advogados e também ressaltando a possibilidade do viés democrático da Reforma Agrária. As Ligas Camponesas conseguiram expansão por vários Estados brasileiros, culminando na criação do Conselho Nacional das Ligas Camponesas.

No entanto, em meados de 1961 a linha adotada pelas Ligas começou a mudar após o retorno de seu dirigente, Francisco Julião, de uma viagem que havia feito a Cuba. Muito influenciado pelas ideias com que teve contato na viagem, Francisco passou a defender uma concepção socialista coletivizante de Reforma Agrária. A partir do momento que essa ideia foi penetrando no movimento, a antiga concepção sobre a utilização dos instrumentos legais e das reivindicações parciais foi perdendo força. Por conseguinte, foi colocado na ordem do dia, pelos grupos dirigentes, o encaminhamento da luta de guerrilhas. Essa reviravolta gerou grandes consequências na atuação das Ligas, assim como, no movimento camponês em geral. Esta proposta era influenciada pelo "foquismo" e tinha como palavra de ordem "reforma agrária na lei ou na marra". Tal situação assustou não só os latifundiários mas também outros proprietários rurais levando a que se colocassem em oposição ao movimento e a proposta de Reforma Agrária.

A palavra socialismo também aparecia através do Partido Socialista Brasileiro- PSB fundado em 1947, que contava com uma bancada reduzida de deputados. O partido tinha caráter moderado e reformista. Atuava dentro da política nacional compondo a Frente Parlamentar Nacionalista e jogava bastante peso nas campanhas pelas Reformas de Base propostas pelo governo de João Goulart.

Cabe-nos falar também da existência de uma corrente de esquerda caracterizada pelo "nacionalismo-pequeno-burguês" que, vai encontrar em Leonel Brizola, sua maior expressão nacional. Essa corrente não apresentava o socialismo como alternativa principal, nem tão pouco tinha alguma inspiração marxista. No entanto, através da figura de Brizola, assumiu uma postura anti-imperialista. Postura traduzida na prática quando em 1962, o governo estadual de Brizola desapropriou em Porto Alegre, sem indenização, uma companhia telefônica ligada a empresas Norte-Americanas.

Essas foram as principais forças, dentre muitas outras, que compunham o cenário da esquerda no Brasil no período antecedente e até o Golpe de 1964. Como visto, existia uma pluralidade de vertentes e interpretações de esquerda acerca da realidade brasileira naquele momento, traduzidas, quando possível, nas ações práticas de algumas organizações e apenas no discurso teórico de outras. No entanto, com a eclosão do golpe de 1964, a grande questão colocada no terreno da esquerda brasileira, fundamentou-se em qual seria o caminho para a superação da Ditadura civil-militar instaurada no país. A partir daí, logo nos primeiros meses pós vitória do golpe de 1º de abril, foi resgatada a discussão em torno da viabilidade de implementação da luta armada como alternativa capaz de derrotar o regime autoritário recém consolidado.

3.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO PCdoB QUE SUSTENTOU A OPÇÃO DE GUERRILHA

O acontecimento do golpe civil-militar no Brasil surpreendeu todos os setores da esquerda brasileira naquele período. Desde os movimentos e partidos que já anunciavam o perigo iminente de um golpe contra o governo do presidente João Goulart, como foi o caso do PCdoB, e que alertavam para a realidade brasileira, ainda dominada majoritariamente pelas forças conservadoras, até os movimentos e partidos que acreditavam estar num momento favorável para a esquerda, enxergando no governo de Jango e na aliança com a burguesia nacional uma tática necessária para o fortalecimento de um governo democrático e a transição pacífica para o socialismo, como foi o caso do PCB.

O golpe de 1964 desorientou a esquerda brasileira que, mergulhada em diversos conflitos político-ideológicos internos, não conseguiu medir com profundidade a gravidade do cenário político que se desenhava no país desde os primeiros dias do ano de 1964, descrito da seguinte forma por Romualdo Campos Filho:

“O isolamento político de Jango; a instabilidade social; as divergências internas nas Forças Armadas, causadas

principalmente pela quebra da hierarquia; a crise econômica, decorrente de uma alta taxa inflacionária – 81% em 1963 e 92% em 1964¹² –, da estagnação do crescimento econômico e da recessão, e a pressão de poderosos grupos estrangeiros descontentes com a Lei da Remessa de Lucros, que impedia o envio imediato de capitais oriundos de lucros obtidos por empresas multinacionais para suas matrizes, criavam um clima tenso, propício para a implementação de atos golpistas, se levarmos em conta as tentativas anteriormente fracassadas.” (FILHO, 1997, p.26).

Portanto, devido a uma desorganização, em geral, a esquerda do país ficou praticamente impossibilitada de oferecer uma reação imediata ao golpe civil-militar. Com essa afirmação, não temos a pretensão de julgar a eficiência ou não dos setores da esquerda naquele período, apenas, analisar, através dos métodos próprios da História, a articulação concreta que a esquerda protagonizou para responder rapidamente ao golpe de estado.

Instaurada a Ditadura ficou claro o equívoco de avaliação pelas esquerdas do contexto pré-64. Não aconteceu nem a transição pacífica para o socialismo, como era defendido pelo PCB e, nem a concretização do sonho revolucionário defendido pelas alas mais radicais da esquerda no período pré-64, como o PCdoB. Os rumos da sociedade brasileira caminharam para um imensurável retrocesso político que atingiu bruscamente a democracia do país, destruindo todas as suas vitórias conquistadas até então.

As formulações sobre qual caminho seguir para concretizar as transformações revolucionárias no Brasil que, já vinham sendo discutidas desde o início da década de 60, aumentaram excessivamente após o episódio do golpe militar. Desse processo de profunda discussão acerca dos últimos acontecimentos no país e da necessidade de buscar uma reação por parte dos setores da esquerda, surgiram inúmeras outras organizações que pregavam a superação da Ditadura. Essas organizações tinham como ponto central o combate ao governo ditatorial, mas, novamente, divergiam na maneira de alcançar esse objetivo. As discussões se deram, em primeiro plano, em torno dos que continuavam defendendo a via pacífica e dos que sustentavam a questão da luta armada. Sendo que, entre estes últimos, também existia uma divergência de opinião centrada na escolha entre a guerrilha urbana ou rural.

É relevante colocar aqui como se apresentou a conjuntura política do país durante todas essas movimentações e formulações da esquerda no pós-64. O governo militar deixou claro que não se intimidaria em exercer seus poderes arbitrários tutelados por um regime ditatorial. O autoritarismo se acentuou através das perseguições políticas e do terrorismo de estado, praticamente, institucionalizado sob o pretexto de manter a ordem e a moral do país. A partir daí e até meados da década de 70, a História do Brasil passou a ser escrita com a ponta do fuzil na frente. Assim, o estreitamento do regime ditatorial e a forte repressão levaram a uma radicalização da maioria da esquerda brasileira que enveredou para o caminho armado. Organizações como a ANL, MOLIPO, VAR-Palmares, COLINA, entre outras, aderiram à resistência armada como enfrentamento à ditadura. No entanto, todas essas organizações, dadas suas especificidades internas, concentraram suas ações no meio urbano, apesar de possuírem alguma perspectiva de luta no campo.

Feito esse breve resumo sobre os desdobramentos ocasionados na esquerda do país após o golpe militar, entraremos com mais profundidade e cuidado na trajetória do Partido Comunista do Brasil frente à necessidade de sobrevivência partidária e superação do regime autoritário instaurado. O PCdoB foi um dos setores da esquerda que optaram pela luta armada no contexto pós- 64, seguindo sua linha mais radical desde a cisão, em 1961, com o Partido Comunista Brasileiro- PCB. No entanto, divergiu da maioria das esquerdas radicais do período que atuaram concretamente através da luta armada nas cidades. O PC do Brasil defendia a luta armada no campo como a alternativa correta para combater a ditadura e conquistar um governo popular e revolucionário. Assim, organizou no sul do estado do Pará a Guerrilha do Araguaia, a partir do ano de 1968 quando o partido já enviava seus primeiros militantes para o contato com a região.

Inicialmente cabe-nos resgatar, brevemente, o surgimento da expressão “guerrilha” no universo da esquerda. Para isso, é pertinente a seguinte contribuição de Eric Hobsbawm:

“O caminho para a revolução pela longa guerra de guerrilha foi descoberto um tanto tardiamente pelos revolucionários sociais do século XX, talvez porque em termos históricos essa forma de atividade em essência rural estivesse associada de modo esmagador a movimentos e ideologias arcaicas facilmente confundidas pelos observadores urbanos com o conservadorismo, ou mesmo uma

ação contrarrevolução. Afinal, as poderosas guerras de guerrilha do período revolucionário e napoleônico francês dirigiram-se sempre contra, e jamais a favor da França e da causa de sua Revolução. A própria palavra “guerrilha” não fazia parte do vocabulário marxista até depois da Revolução Cubana de 1959.” (HOBSBAWM, 2008. p.84)

Portanto, a utilização e a própria expressão “guerrilha” ganhou força na América Latina a partir da experiência da vitoriosa Revolução Cubana e também das, recém chegadas, ideias vindas da China com as futuras teorias feitas por Mao Tsé-Tung. Apesar de essas duas experiências proporem no final a guerrilha armada no campo, elas divergiam no que diz respeito ao processo de sua implementação da guerrilha e, portanto, tinham essências diferentes. Estas duas perspectivas de ação de guerrilha ficaram conhecidos como Castro-Guevarismo, através do “foco guerrilheiro revolucionário” (Foquismo), e o Maoísmo, através da “guerra popular prolongada”.

A teoria Foquista baseava-se principalmente nos textos de Che-Guevara e Régis Debray e era inspirada na experiência da Revolução Cubana exitosa em 1º de janeiro de 1959. A teoria do foco guerrilheiro colocava em primeiro plano a importância da organização militar para dar início à guerrilha. A existência de um partido de revolucionários, de acordo com o Foquismo, não era imprescindível para dar o pontapé inicial ao processo revolucionário. O caráter da revolução, assim como, a construção do partido de vanguarda não eram fatores determinantes para iniciar os focos guerrilheiros. A essência da luta guerrilheira é descrita por Guevara da seguinte maneira:

"1) As forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército.

2) Nem sempre há que se esperar que se deem todas as condições para a revolução; o foco insurrecional pode criá-las.

3) Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo.

Destas três contribuições, as duas primeiras lutam contra a atitude comodista de revolucionários, ou pseudo-revolucionários que se

refugiam, e refugiam em sua inatividade, no pretexto de que contra o exército profissional nada se pode fazer, e a alguns outros que ficam a esperar que, de uma forma mecânica, se deem todas as condições objetivas e subjetivas necessárias, sem preocupar-se de acelerá-las. Claro, como se apresenta hoje para todo o mundo, estas duas verdades indubitáveis foram antes discutidas em Cuba, e provavelmente sejam discutidas na América também.” (GUEVARA, 1982, p. 13-4)

O Foquismo tinha como pressuposto que as "condições objetivas" para o processo revolucionário nos países latino-americanos já existiam e para alcançar as "condições subjetivas" bastava a ação dos guerrilheiros em conjunto com as populações locais.

Essas colocações explicitam a pouca preocupação da teoria Foquista com a questão do partido como organização política capaz de conduzir a luta revolucionária. E, portanto, também inauguram uma nova proposta revolucionária diferente da que era tradicional desde a Revolução Russa. Neste sentido, a concepção de luta armada como ponto de partida de um processo revolucionário se coloca em oposição ao marxismo revolucionário que compreende aquela como resultado de um processo político de amadurecimento da consciência e organização das classes trabalhadoras. Na concepção Foquista este processo era substituído pela implantação do confronto militar direto sem o trabalho revolucionário pré-existente, segundo Debray, que surgiriam de "focos", grupos reduzidos de homens de origem pequeno-burguesa voltados para a ação revolucionária.

A Revolução Cubana colocou novamente em pauta a discussão sobre a implantação do socialismo em sociedades como a brasileira que, se encontrariam, segundo a Internacional Comunista, ainda em situação feudal ou semifeudal por terem sido coloniais. Neste sentido, lembramos que a ideia hegemônica até os anos 60, era a de que a revolução deveria ser anti-imperialista, antifeudal, nacional e burguesa. Assim, as feições políticas e ideológicas da esquerda brasileira, foram influenciadas pelas experiências da Revolução Cubana. No Brasil as organizações que aderiram ao Foquismo foram a VPR, o MR-8, o COLINA, a VAR-PALMARES e a POLOP, apesar de limitarem suas atuações nos centros urbanos.

A teoria Maoísta ou a chamada "guerra popular prolongada", baseava-se principalmente nas contribuições feitas por Mao Tsé-Tung e inspirava-se na experiência chinesa. Em resumo, Romualdo Campos Filho descreve sobre o Maoísmo o seguinte:

"Concentrando suas forças na zona rural e em regiões que possibilitassem o apoio da população, a guerra popular tinha como tática o cerco das cidades, local onde se concentrava o maior poder repressivo do inimigo. No campo, em regiões propícias à guerra de guerrilha, a inferioridade numérica poderia ser superada pela defensiva estratégica na qual se destacavam: a guerra de movimento, a guerra de posições e, como fator psicológico, a guerra de desgaste, dentre outras estratégias adotadas de forma a surpreender o inimigo." (FILHO, 1997. p.39)

Diferentemente da análise feita pela teoria Foquista, a interpretação Maoísta considerava de suma importância à participação do partido de vanguarda como base da construção do processo revolucionário. Assim como demonstra Mao Tsé na seguinte passagem:

"Todos os comunistas devem compreender a seguinte verdade: o poder político nasce do fuzil. O nosso princípio é o seguinte: o Partido comanda o fuzil, e jamais permitiremos que o fuzil comande o Partido" (TSÉ-TUN, 1981. p.483)

Dessa forma, Mao Tsé Tung a frente do PCCH passou a ser visto como um quadro que prezava a continuidade da proposta revolucionária a partir da teoria marxista-leninista, à medida que também se opunha ao novo momento político do PC da Rússia. Nesse sentido, a poderosa China passou a ser um grande aliado no curso da luta contra o revisionismo soviético. Essa conjuntura internacional produziu condições para o alinhamento político do Partido Comunista do Brasil com o Partido Comunista da China e, por conseguinte, com as ideias revolucionárias germinadas a partir do pensamento de Mao Tsé Tung.

Observemos que o Maoísmo e o Foquismo tinham em comum a ênfase a guerrilha rural e os camponeses bem como o aspecto militarista de suas ações revolucionárias. Entretanto, Gorender aponta para diferenças fundamentais entre os dois, que podem explicar a opção pelo Maoísmo. Segundo Gorender:

"... Em primeiro lugar, (o maoísmo) subordinou o fator militar ao fator político. O exército guerrilheiro devia estar sob a direção absoluta do partido comunista. O partido precede a guerrilha e esta não surge e se desenvolve senão mediante o trabalho político entre os camponeses. A perspectiva devia ser, por isso, a da guerra popular prolongada. Em segundo lugar, a liderança chinesa não endossou o objetivo socialista imediato, salientado nos escritos de Guevara, porém continuou a defender a concepção da revolução em duas etapas. Bem como a tese da aliança com a burguesia nacional na etapa da revolução antiimperialista e antifeudal." (GORENDER, 1998. p.91)

É necessário colocar que naquele momento o PC do Brasil achava necessário somar esforços para enfrentar no campo ideológico o novo ciclo de conciliação de classes propostos pela União Soviética e que poderia, nas análises de alguns PCs, acabar destruindo o movimento comunista no mundo inteiro. Portanto, o alinhamento com o PCCH era considerado fator estratégico para a continuidade da perspectiva revolucionária em escala mundial.

Portanto, a nítida influência das ideias Maoístas na construção da ação armada do Partido Comunista do Brasil precisa ser entendida dentro de um contexto muito maior do que apenas a escolha entre teoria A ou B. As condições históricas determinadas naquele período e a trajetória que o PC do Brasil já vinha percorrendo nacionalmente, se opondo desde sempre a postura do PCUS e mantendo uma posição mais radical, são partes constituintes do processo de alinhamento político-teórico-ideológico que serviram de base para a justificativa da necessidade de efetivar a Guerrilha do Araguaia inspirada na teoria Maoísta.

Assim, de acordo com as colocações feitas, ficam explicitadas as diferenças necessárias para o entendimento entre a essência da teoria Foquista e da teoria Maoísta. No Brasil o PCdoB adotou, apesar de afirmar sua posição antimecanicista em não importar modelos revolucionários prontos, a linha Maoísta como sustentação teórica para a construção da Guerrilha do Araguaia. Essa opção pode ser analisada no documento oficial do Partido Comunista do Brasil chamado

"Guerra popular, o caminho da luta armada no Brasil" (em anexo). Diante da importância contida nesse documento cabe-nos, brevemente, atentar para parte introdutória de seu conteúdo:

“A ditadura que se instalou no país com golpe do primeiro de abril coloca-se frontalmente contra os interesses nacionais. Nenhum governo como o atual foi tão despótico e entreguista. Os movimentos democráticos e patrióticos são duramente perseguidos (...)

Desde fevereiro de 1962, em seu Manifesto-Programa, o Partido Comunista do Brasil afirmava que as classes dominantes tornavam inviável o caminho pacífico da revolução. Os comunistas estão convencidos de que o povo, mais dia menos dia, terá que recorrer à luta armada (...)

Elementos essenciais deste caminho foram apresentados pelo Partido em alguns de seus documentos. Mas isto não é suficiente. Agora, baseado no marxismo-leninismo, nas geniais contribuições de Mao Tse-tung sobre a guerra popular, o Partido deve examinar as premissas para o surgimento e desenvolvimento da luta armada e delinear, num plano mais geral, o curso provável desta luta.

A forma, a estratégia e a tática da luta armada dimanam de determinadas condições históricas, da experiência revolucionária e de certas características nacionais. É necessário ter isto em conta para traçar com justeza o caminho revolucionário.” (GUERRA POPULAR - CAMINHO DA LUTA ARMADA NO BRASIL. 1969)

Esse documento, por sua vez, foi a base inspiradora para a organização do movimento guerrilheiro no Araguaia e reflete claramente a penetração das ideias Maoístas na concepção do caminho a ser seguido, diante da crescente e brutal repressão promovida pela Ditadura civil-militar brasileira.

4. A LUTA ATRAVÉS DA GUERRILHA DO ARAGUAIA

*"Ei, marabá.
Altamira, Estreito, olhe lá.
Ainda brilha até hoje
A vida do povo
Que morreu por lá" (Itamar Correia)*

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO E CONSTRUÇÃO DA GUERRILHA

O estado do Pará, mais especificamente a região sul, foi escolhido como o local apropriado para a implementação da resistência armada contra a ditadura estabelecida no Brasil a partir de 1964. Essa região, assim como, a maioria dos estados do norte/nordeste diferenciava-se do restante do país. Sobretudo, do eixo Centro/Sul que era composto pelos estados e cidades mais desenvolvidas.

O processo de desenvolvimento do Brasil entrelaçado com o processo de consolidação do capitalismo no país favoreceu a priorização dos investimentos para a formação de grandes centros urbanos. Nesse contexto e somado à gigantesca extensão territorial do Brasil, o interior ficou praticamente esquecido e sujeitado a lógica coronelista que vigorava em grande parte dessas regiões. A grande concentração de terras nas mãos de poucos e o pouco ou quase nenhum acesso da população aos serviços básicos era um fator marcante no campo, e na região do Araguaia não era diferente.

Antes da instauração da ditadura a região era marcada, basicamente, pela atividade extrativista vegetal principalmente da borracha e da castanha. A distribuição agrária desigual afetou historicamente essa área através dos graves conflitos pela posse de terras. A região do Araguaia era controlada pelas conhecidas "oligarquias dos castanhais" que, através do seu poder econômico, detinham também o poder político sobre a área e sobre a população que ali morava.

É necessário entender esta região no contexto de sua inserção na ordem econômica internacional a partir da lógica desenvolvimentista militar pós o golpe de 64. Neste sentido,

deve-se compreender aquele momento, como uma nova forma de acumulação capitalista que já estava apontada nos interesses fortemente presentes no governo de João Goulart e que levaria o golpe.

A dificuldade na acumulação de capital no início da década de 60, estava ligada a seu caráter subordinado ao imperialismo. A impossibilidade do aumento no processo de exploração interno, afetava a necessidade do capitalismo norte-americano que precisava do aumento da exploração internacional para compensar suas dificuldades de reprodução. O golpe foi dado com o apoio do capital transnacional aliado a burguesia brasileira para possibilitar a intensificação do processo de exploração para garantia de acumulação de capital, o que se efetivou nos governos militares.

Apesar da inexistente preocupação com mudanças estruturais nessa região, na perspectiva de melhorias na vida da população local, a partir da construção da Transamazônica, intensificou-se a migração de famílias vindas do nordeste fugindo da seca e também se firmou, por parte do governo militar, o interesse naquela região para atender as demandas de grandes empresas agropecuárias e de extração mineral e vegetal. A partir daí, o descaso e o esquecimento com aquela região, deu lugar a uma política de desenvolvimento sustentada por incentivos governamentais, que visava atender aos interesses das grandes corporações, como bem coloca Romualdo Campos Filho:

“A política proposta para a região amazônica não objetivou atender a uma demanda crescente de colonos que migravam para a região em busca de um pedaço de terra, que ali existia em grande quantidade. Sua prioridade foi o investimento nas grandes empresas capitalistas, através de doações de recursos públicos, apoio econômico e, sobretudo, incentivos fiscais. Para isso, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) tornou-se peça fundamental, apoiada em medidas legais claramente voltadas para os grupos econômicos, interessados na exploração de madeira e das riquezas existentes no subsolo.” (FILHO, 1997, p.65)

Assim, a ação governamental na região durante o período do regime militar, contribuiu para a acentuação das sérias contradições sociais latentes na vida do povo do Araguaia. Os conflitos entre terra, grande capital e trabalhador do campo, regeram toda a história da região Sul do Pará, sobretudo durante a sua inserção na ordem econômica mundial. Sobre a transformação desses elementos em mercadoria, Karl Polanyi coloca:

“Trabalho é apenas um outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia. Não obstante, é com a ajuda dessa ficção que são organizados os mercados reais do trabalho, da terra e do dinheiro.³ Esses elementos são, na verdade, comprados e vendidos no mercado; sua oferta e procura são magnitudes reais, e quaisquer medidas ou políticas que possam inibir a formação de tais mercados poriam em perigo, ipso facto, a auto-regulação do sistema.” (POLANY, 2000, p.94)

O enfrentamento entre burguesia nacional e movimentos de trabalhadores, levou a primeira unir-se ao grande capital. Assim, a atuação do Estado militar durante a "integração" econômica da Amazônia se deu por meio de um processo de extrema divisão social do trabalho e pela repressão da mobilização política dos trabalhadores.

O Estado brasileiro, sob o domínio da ditadura, criou um órgão ao final da década de 70 chamado Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins- GETAT, que teria como função mediar os conflitos existentes naquela região diante da concentração de terras nas mãos de poucos. No entanto, o GETAT cumpriu o papel que todas as instituições burocráticas ligadas ao regime militar cumpriam naquele período, respaldavam legalmente as decisões tomadas pelo

governo repressivo. Sem nenhuma intenção verdadeira de resolver as contradições daquela região, o GETAT assumiu uma postura de atuar sempre em defesa dos grandes proprietários de terra. Sobre as antigas e atuais contradições do interior, o livro *Justiça do Lobo- Padres e posseiros do Araguaia* apresenta:

“As terras do Araguaia foram e continuam sendo arena dos mais violentos conflitos que registra a história do avanço do capital no interior do Brasil. Ali (...) vemos misturados posseiros e pistoleiros, soldados do exército e guerrilheiros, bispos e autoridades, padres e fazendeiros, agentes de pastoral e funcionários do governo, CPT e Getat – num confronto agudo, muitas vezes feroz, em que a “justiça do lobo” leva frequentemente a melhor.” (FIGUEIRA, 1986. p. 29)

Em sua pesquisa mais recente o historiador Romualdo Campos Filho aponta para, a ainda precária, realidade da população que vive na região onde foi desencadeada a Guerrilha do Araguaia. As estradas sem asfalto que, em períodos de chuvas, provocam grandes atolamentos e os casebres de barro batido servem como panorama para refletir como seria a vida ali tempos atrás. A marca do grande desmatamento provocado pela exploração da madeira atraída pela isenção de impostos para os grandes projetos agropecuários, imensos troncos de castanheira queimados devido à prática de preparação do solo para o cultivo, sinalizam uma rápida devastação da região. Apesar e, mesmo depois desse processo acentuado de desmatamento, é possível visualizar claramente a densidade, ainda presente, das matas do Araguaia. Num exercício pontual de comparação podemos ter a dimensão da dificuldade de viver ali nas décadas de 60 e 70, diz Campos Filho.

No processo de estudo da região para a implementação da guerrilha, esse cenário foi visto como propício para a movimentação armada. A região esquecida pelo governo, completamente afastada da efervescência política que pairava nos grandes centros urbanos e cercada por uma gigantesca e perigosa floresta, mas que continha elementos necessários para a sobrevivência, era o local com características que possibilitavam o início do movimento de guerra de guerrilhas.

O processo inicial de preparação da Guerrilha do Araguaia começou quando alguns dirigentes do PCdoB foram enviados à região com o objetivo de analisar as características

daquele local e da vida de sua população para avaliar se aquela área oferecia as condições básicas para a iniciação dos primeiros núcleos guerrilheiros dentro da perspectiva de “guerra popular prolongada” defendida pelo Partido. Após a análise da área e a confirmação positiva da existência de condições concretas para a o início do movimento armado, a região conhecida como Bico do Papagaio entre os anos de 1967 e 1970 começou a receber os primeiros militantes do partido que passariam a ser, naquele primeiro momento, novos moradores daquela região.

As diferenças físicas e de hábitos entre os moradores de origem e os novos moradores da região acabaram despercebidas, pois naquele momento existia, de fato, uma grande migração para a região. Aos poucos os recém-chegados ao Araguaia foram desenvolvendo atividades tradicionais do campo e comuns à população local. Essa, na verdade, já era uma tarefa da organização da guerrilha: conquistar a confiança da população e dominar as áreas da mata através da prática do trabalho no campo. Em seu depoimento para o livro *Lutas que Construíram o Brasil: da Coluna Prestes à Guerrilha do Araguaia*, “Seu Paçoca” de 59 anos e morador da região, fala sobre dois guerrilheiros e sobre as atividades desenvolvidas por eles:

“Dina era a melhor parteira da região e visitava a gente aqui, era muito inteligente, muito sabida. Amaury tinha a farmácia e falava de hospital, escola. Depois que o Amaury desapareceu, a farmácia dele sumiu e nunca mais tivemos esse tipo de assistência. Aqui em Santa Cruz dos Martírios não tem posto médico. Tem uma ambulância fluvial para casos extremos.” (FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS, 2014. p.58)

Ao longo de toda a extensão da região do Araguaia, na fase inicial de preparação da guerrilha, estiveram presentes elementos destacados pelo Partido e algumas áreas foram delimitadas para receber os militantes que começariam o trabalho revolucionário. De acordo com Romualdo Campos Filho, dentro dessas áreas três regiões constituíram a formação das bases militares da guerrilha: Faveira, no médio Tocantins, municípios de São João do Araguaia e Apinajés; Gameleira, próxima ao povoado de Santa Isabel, mais ou menos cinquenta quilômetros acima de São Geraldo, alcançando uma parte da Serra das Andorinhas, e Caianos, abaixo de São Geraldo na direção de Conceição do Araguaia.

Com a tarefa partidária de construir a Guerrilha do Araguaia para derrotar a Ditadura e conquistar um governo para o povo, chegou à região a partir de 1967, o que seria núcleo dirigente da Guerrilha: Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão) , João Carlos Hass (Jucá) , Elza de Lima Monerat (Dona Maria) , Maurício Grabois (Mário ou Velho), Líbero Giancarlo Castiglia (Joça), João Amazonas (Velho Cid), Ângelo Arroyo (Joaquim). Esses quadros partidários seriam os responsáveis pelo trabalho político/ideológico, pelo permanente estudo da região, pela distribuição dos guerrilheiros pelo restante da região formando as bases guerrilheiras e pelos treinamentos militares. Vale destacar, a incumbência de João Amazonas, Ângelo Arroyo e Elza Monerat de serem o elo entre o comando responsável pela implementação da guerrilha e a direção nacional do PCdoB. Lembramos que, pela orientação maoísta, dando ênfase ao fator político sobre o militar, a ação guerrilheira devia estar sob a direção do Partido.

Em 1969, chegaram à região José Humberto Bronca (Zeca ou Fogoió) vice- comandante do Destacamento B da Guerrilha e depois integrante da Comissão Militar, Gilberto Olímpio Maria (Pedro) integrante da Comissão Militar e depois comandante do Destacamento C da Guerrilha, Paulo Mendes Rodrigues (Paulo) comandante do Destacamento C da Guerrilha e depois integrado junto a Comissão Militar e Paulo Roberto Pereira Marques (Amauri) integrante do Destacamento B da Guerrilha.

Daí em diante, o número de militantes que chegavam à região do Araguaia crescia, contabilizando um total de 69 guerrilheiros no ano de 1972. Provenientes dos mais variados locais do Brasil, esses militantes tinham alguns aspectos em comum: eram todos membros do Partido Comunista do Brasil, majoritariamente jovens e estavam marcados pela repressão que, naquela altura, atingia seu auge nos grandes centros urbanos. O processo de transição desses militantes para o Araguaia era sigiloso, embora soubessem da tarefa que estavam indo cumprir pelo partido e, para eles, para o próprio povo brasileiro, o destino para onde estavam se dirigindo era desconhecido, assim como, a data do retorno. Em seu livro, Guerrilha do Araguaia, Romualdo Campos Filho traça o perfil das pessoas que compunham o movimento de resistência armada:

“Eram estudantes, ex-dirigentes estudantis (43,81%, sendo 37,07% universitários e 6,74% secundaristas); médicos, enfermeiras, geólogos, professores, advogados (15,73% de profissionais

liberais); operários (5,61%); camponeses (22,47%, aí incluídos os que se integraram aos núcleos guerrilheiros no decorrer da luta); comerciários, bancários e outros (12,35%). Isso totalizava 89 guerrilheiros, somando-se os que escaparam com vida após terem sido presos nas duas primeiras campanhas.” (FILHO, 1997, p. 73)

Com um número considerável de militantes no local, ainda que alguns ainda fossem sendo deslocados para a região ao longo do processo de construção da guerrilha, foi colocado em prática o primeiro objetivo do movimento que era se adaptar e se estabelecer na região, ganhando adesão das massas camponesas e consolidando uma relação mútua de confiança. Importante colocar que não havia uma data estabelecida para a deflagração da guerra popular prolongada. O momento certo para o desencadeamento da guerrilha estava ligado à execução de algumas etapas preparatórias, consideradas de extrema importância para o núcleo dirigente da guerrilha como: localização; estruturação de outras bases; conhecimento da região; ligação com as massas; treinamento militar; armamentos. Todas essas etapas nortearam a atuação dos guerrilheiros no Araguaia. Umas foram colocadas em prática com maior eficiência, como é o caso da ligação estreita com os camponeses, e outras com menor eficiência, como é o caso dos armamentos.

A boa relação entre os novos moradores do Araguaia (guerrilheiros) e a população local, fica explícita nos vários depoimentos colhidos de pessoas que viviam na região na época da Guerrilha para o livro *Lutas que construíram o Brasil*, como é o caso do Sr. Antônio Alves de Souza de 75 anos, conhecido como Precatão:

“Em 1969 me juntei com a mulher e fui para Raimundo Cantoaria em 1970, quando chegaram “os paulistas” Dina e Tonho, que eram casados. Da minha casa para a deles não davam 200 metros de estrada. Tínhamos uma relação boa, eles sempre vinham perguntar se precisávamos de ajuda, se queríamos remédios. Eram pessoas muito boas.” (FUNDAÇÃO MAURÍCIO GRABOIS, 2014, p.60)

Outro elemento considerado crucial no período de preparação da guerrilha, foi a necessidade de somar ao conhecimento das regiões povoadas, o conhecimento profundo das matas e da floresta. Os guerrilheiros sabiam que, ao mesmo tempo em que a mata densa poderia

ser uma aliada durante a guerrilha, ela poderia ser um inimigo caso não fosse bem conhecida por aqueles que teriam, mais cedo ou mais tarde, que embrenhar-se floresta à dentro. Assim, entendendo como imprescindível para o sucesso da guerrilha, o domínio das matas passou a ser incorporado dentro dos treinamentos militares. Pertinente colocar, que todos os treinamentos militares eram feitos sob sigilo e não podiam, de forma alguma, chamar atenção da população local. Ainda não se tinha como prioridade esclarecer aos moradores o objetivo final da presença daquelas pessoas na região, o que fazia parte do trabalho político que, na visão dos dirigentes partidários, ainda precisava esperar mais para que pudesse ser feito. Naquele momento crescia na região conflitos marcados pela disputa de terras e, qualquer discussão política envolvendo os “novos moradores” do Araguaia, poderia chamar atenção das forças repressivas para o local.

Glênio Sá, guerrilheiro que atuou na região e foi um dos primeiros militantes a produzir conteúdo bibliográfico sobre a Guerrilha do Araguaia, por isso a relevância de resgatar suas contribuições, relembra sobre os treinamentos militares feitos na época.

“O nosso treinamento militar se intensificava cada vez mais, mas feito às escondidas dos moradores da região. Nas nossas aulas teóricas, aprendíamos tudo sobre guerra regular e irregular, a relação entre os dois tipos, a guerra de guerrilhas, algumas experiências internacionais e nacionais, as contradições da tática antiguerrilha, a moral dos combatentes, como criar um exército popular, guerra justa e injusta... Algumas orientações deviam ser assimiladas por nós. Lembro-me de 10 delas:

1. O homem é o principal numa guerra, não importando o seu tipo;
2. O aspecto político é o dirigente de qualquer luta;
3. A moral depende da causa que se defende;
4. Priorizar a guerra de guerrilhas como o método ideal de luta para nós (luta do fraco contra o forte);
5. Ser ao mesmo tempo político, trabalhador e militar;
6. Lealdade à causa, espírito coletivo, solidariedade, coragem e respeito aos bens, às mulheres e aos costumes do povo;
7. Domínio do cenário onde se desenvolve a luta;
8. A adaptação à vida local já é uma preparação;
9. Disciplina;

10. Indispensável apoio popular.” (SÁ, op. cit., p. 11.)

A essa altura o núcleo dirigente havia conseguido expandir o mapeamento da região e também a atuação dos destacamentos guerrilheiros. Tendo como base a pesquisa feita pelo historiador Romualdo Campos Filho, as regiões de influência do movimento haviam atingido às seguintes áreas: São Domingos das Latas até o rio Caiano (pouco mais de 20 km de São Geraldo). Em extensão, essa área tinha cerca de 130 km de comprimento por uns 50 km de fundo. Um total de cerca de 6.500 km². A população da área onde atuavam os destacamentos era de mais ou menos 20 mil pessoas, sem incluir as zonas próximas, como Marabá (dezoito mil habitantes), São João (três mil habitantes), Araguaatins (cinco mil habitantes), Xambioá (cinco mil habitantes). (No norte de Goiás e oeste do Maranhão, durante uns três anos, realizou-se também amplo trabalho de aproximação com as massas camponesas.

As fases estabelecidas como preparatórias para a deflagração da guerrilha norteavam a ação dos combatentes do Araguaia. No entanto, nem todas elas eram executadas sem erros ou sem deixar algumas fissuras graves que, em tempos mais recentes, foram abordadas no documento público de autocrítica sobre a Guerrilha do Araguaia elaborado pelo Partido Comunista do Brasil, chamado “Estudo crítico acerca do princípio da violência revolucionária (1983)”, em que o PCdoB faz uma análise sobre os erros e acertos cometidos no processo de resistência armada à ditadura.

Enquanto nos grandes centros urbanos do país havia uma onda crescente de repressão (meados da década de 70). No norte do Brasil, aos poucos, nasceu um movimento que tinha como objetivo final destruir a Ditadura, através, da resistência armada no campo com amplo apoio das massas.

O Partido Comunista do Brasil já havia defendido a necessidade da luta armada nas resoluções aprovadas em sua 6^o Conferência Nacional, realizada em junho de 1966, chamada de: *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*. Em que se faz relevante colocar um trecho:

“A ditadura, ao tentar destruir pela força o movimento democrático e antiimperialista, contra a sua vontade, pôs em evidência a importância dessa luta. Muitos que antes acreditavam ser possível

resolver os problemas fundamentais do país por meios pacíficos convenceram-se de que seria inevitável recorrer às armas para solucionar esses problemas.

No plano político nacional, as tarefas do Partido são:

(...) Difundir a ideia da revolução. Fazer propaganda da luta armada e ajudar as massas a se preparar concretamente para a guerra popular.” (UNIÃO DOS BRASILEIROS PARA LIVRAR O PAÍS DA CRISE, DA DITADURA E DA AMEAÇA NEOCOLONIALISTA. 1966)

Através dessa convicção é que, enquanto todos os movimentos contrários ao regime de repressão eram completamente aniquilados nas cidades, o PCdoB, manteve-se no interior do país treinando combatentes com técnicas de guerrilha e estreitando sua relação com as massas camponesas para iniciar um trabalho político com elas e incorporá-las a luta revolucionária que fosse capaz de derrotar não só a Ditadura, mas também o seu projeto político-econômico implementado no país.

Até, especificamente o dia 12 de Abril de 1972, essa era a atuação dos militantes na área do Araguaia: treinamento militar, aproximação com as massas, conhecimento da região e outras tarefas já citadas. No entanto, nesse dia e após quase seis anos em que os primeiros comunistas chegaram à região, as Forças Armadas atacaram o local dando início à resistência guerrilheira. Desse dia em diante, a Guerrilha do Araguaia seria alvo de três brutais campanhas de aniquilamento organizadas pelo Exército Brasileiro.

4.2 GUERRILHA NA MIRA: RESISTÊNCIA, DERROTA E AUTOCRÍTICA

A face mais cruel do período da Ditadura militar Brasileira iniciou-se a partir da promulgação do Ato Institucional número 5, em 13 de dezembro de 1968. Redigido por Luís Antônio da Gama e Silva, ministro da Justiça do governo militar vigente de Artur Costa e Silva. Dentre as determinações mais importantes desse Ato Institucional, estavam: a concessão ao

Presidente da República o poder de suspensão dos direitos políticos, pelo período de 10 anos, de qualquer cidadão brasileiro e o poder de cassação dos mandatos de deputados federais, estaduais e de vereadores. Bem como, colocar em recesso por tempo indeterminado às Câmaras dos Deputados, Assembleias legislativas e Câmaras dos vereadores, direcionando para o executivo federal (militares) durante o período de recesso, as atribuições e funções dos poderes legislativos. Determinava a censura aos meios de comunicação de massa, jornais, revistas, livros, e a produção cultural e artística, peças de teatro e músicas e a proibição de qualquer manifestação popular de caráter político, entre outras.

A instauração do conhecido “AI-5” marcou o período de radicalização do caráter antidemocrático promovido pelo regime militar nos anos seguintes. A história do cenário político brasileiro, sobretudo a partir desse momento, passou a ser também a história das técnicas de tortura, perseguição, morte, covardia e prisões arbitrárias, entrelaçadas pelo terrorismo de estado implantado pela Ditadura empresarial-civil-militar no Brasil.

No início da década de 70 as organizações contrárias ao regime militar já estavam todas postas na ilegalidade, algumas já passavam pelo processo de extermínio, os militantes opositores viviam sob a clandestinidade, alguns já haviam sido presos, alguns mortos, outros eram procurados pela polícia política da Ditadura. Esse era o contexto, em linhas gerais, da imposição repressiva sob a qual os grandes centros urbanos se encontravam naquele período. No Araguaia movimento guerrilheiro seguia se desenvolvendo até ser descoberto em 1972.

Faremos um relato acerca do que teria levado a Guerrilha do Araguaia ao conhecimento dos aparatos repressivos da Ditadura, baseado em alguns estudos já realizados e também pelas produções oficiais do Partido Comunista do Brasil sobre esse tema. As informações acerca do descobrimento da Guerrilha são, por vezes, contraditórias e nebulosas, tornando difícil a sua comprovação, entretanto, essa complexidade não se dá apenas no caso específico da Guerrilha do Araguaia, mas em todo desfecho das ações de confronto e resistência que permearam os anos da Ditadura Militar.

As primeiras informações que poderiam ter direcionado as atenções da repressão para a região do Araguaia teriam sido de alguns fazendeiros que perceberam a presença de pessoas “estranhas” na região. Como já foi dito, a região do Araguaia era marcada pelo recorrente conflito de terras, e os grandes latifundiários mantinham-se sempre em estado de alerta sobre os

acontecimentos na região, a fim de resguardar suas propriedades e privilégios. A atuação de pessoas que ajudavam à população no tratamento das suas doenças, ensinavam os camponeses a ler, entre outras, levaram os fazendeiros a comunicar o fato a Polícia Militar, que teria enviado agentes a região para averiguar. No entanto, após a inspeção pela área a constatação era de que se tratava de estudantes subversivos que, de maneira isolada, deslocaram-se para a região com o objetivo de fugir da repressão nas cidades.

Os camponeses encontrados na região quando a guerrilha foi deflagrada, formavam uma população originária de regiões diversas do país, que foram buscar emprego para sua sobrevivência. Os mais antigos estavam há vinte anos, grande parte estabelecidos a partir dos anos 50, quando uma onda migratória, composta principalmente de nordestinos e de provenientes do Centro-Oeste, fez chegar ao Araguaia várias famílias.

A ocupação da região, segundo Otávio Ianni, teria ocorrido sob duas formas: uma espontânea em que os trabalhadores ocupavam as terras sem nenhuma assistência governamental e, num segundo momento, em plena ditadura militar, a ocupação capitalista incentivada pelo governo. Estas duas vias de ocupação na mesma região e no mesmo período, levou a conflitos permanentes entre camponeses e latifundiários o que se constituiu em uma situação explosiva, aproveitada tanto pelas forças guerrilheiras como pela repressão militar.

A confirmação de que o que acontecia na região tratava-se de um movimento guerrilheiro, só teria acontecido a partir da prisão de alguns militantes que foram ao Araguaia e por algum motivo, desistiram da tarefa que haviam assumido, voltando para o lugar em que viviam, sendo presos, devido à forte estrutura repressiva que havia nas cidades. A discussão sobre denúncias feitas pelos próprios militantes é uma questão delicada, pois não tem consenso pleno dentro da esquerda que lutou contra a ditadura acerca dessa prática. Alguns defendem tratar-se de traição, alguns defendem tratar-se de delação sob tortura, mas não é nosso objetivo aqui, entrar nessa questão.

Assim, a partir do primeiro relatório sobre a Guerrilha do Araguaia feito pelo dirigente do PCdoB que também esteve na região com a tarefa de ajudar na construção da guerrilha, Ângelo Arroyo, verifica-se a referência ao nome do estudante cearense Pedro Albuquerque e sua esposa Tereza Cristina, ambos pertencentes ao Destacamento C da guerrilha. Em 1971, Pedro e Cristina haviam se retirado da região por conta da gravidez desta, retornando para o Ceará. Já em sua

cidade natal Pedro foi preso e torturado pelos órgãos da repressão. No entanto, o estudante relatou em entrevistas que seus torturadores referiam-se sempre a “preparação da guerrilha”, de forma a arrancar de Pedro a confirmação de informações que eles já possuíam.

Um relatório do Centro de Informações do Exército (CIE) traz também a maneira como as forças armadas teriam chegado à região do Araguaia e, novamente, faz referência ao nome de Pedro Albuquerque e Tereza Cristina. No entanto, esse relatório especifica o aeroporto de Fortaleza como o lugar onde o estudante teria sido preso. Porém, Pedro Albuquerque divergiu das informações do CIE. O militante afirmou que Cristina nunca chegou a ser presa e, ao contrário do que diz o relatório do CIE, Pedro nega ter sido preso no aeroporto de Fortaleza.

Depois de algumas análises o PCdoB que, inicialmente corroborava com a opinião de que a guerrilha teria sido descoberta através da prisão do estudante cearense, também contesta o relatório feito pelo CIE. O Partido somou a sua suspeita outra militante que foi destacada para a região, Lúcia Regina de Souza Martins. Ela teria sido levada por Elza Monerat e Maurício Grabois (ambos dirigentes do Comitê Central do PCdoB e integrantes do núcleo dirigente da guerrilha) para Anápolis com o objetivo de tratar uma hepatite e uma brucelose, também em 1971. No entanto, Lúcia teria saído do hotel em que se encontrava e viajado para São Paulo sem avisar a ninguém. Após o retorno de Regina para São Paulo, Elza e Grabois teriam avisado ao companheiro de Regina, Lúcio Petit que também estava no Araguaia, o fato da militante ter voltado para cidade. Sabendo disso, Lúcio teria inviabilizado o seu retorno para o Araguaia. Segundo ele, o pai de Regina era amigo de militares e ele não deixaria mais que ela voltasse.

No entanto, apesar das várias constatações e suspeitas que tornam considerável a dedução de uma denúncia real e certa sobre a existência da guerrilha. É possível perceber que os órgãos burocráticos e repressivos controlados pelo regime militar, foram capazes de fazer um elo entre as variadas informações que obtiveram a partir das primeiras prisões efetuadas. Isoladamente essas informações podiam não ser suficientemente esclarecedoras. No entanto, à medida que se traçava um roteiro a partir da junção de todas elas, era possível destrinchar o caminho que levava até o Araguaia.

Assim, após a descoberta da existência de uma movimentação opositora ao regime militar no campo, o Exército Brasileiro agiu de forma incisiva na região com o objetivo de aniquilar a recém descoberta Guerrilha do Araguaia. A atuação das forças repressivas foi articulada através

de três campanhas militares na área. Importante colocar que, sem a possibilidade de acesso a dados oficiais, é muito difícil saber com precisão a quantidade de soldados e armas envolvidos nas campanhas. As instituições militares brasileiras negam-se a fornecer informações sobre as operações no Araguaia, impedindo uma pesquisa mais precisa.

Com o ataque da primeira campanha militar é que os guerrilheiros que se situavam no Araguaia começaram a resistência armada efetivamente. A partir daí, as rotinas das cidades compreendidas entre a área do Bico do Papagaio (já citado) mudaram radicalmente. O número de soldados chegava quase à metade do número da população local, os camponeses não sabiam o motivo da presença do exército na região. Na primeira campanha, os militares se estabeleceram inicialmente em Marabá, Xambioá e São Geraldo. Essa primeira investida militar contra a guerrilha é marcada por uma atuação inexperiente das tropas militares, tanto em relação ao próprio conflito armado, quanto em relação ao trato com a população local. Várias plantações foram queimadas, casas invadidas e destruídas. Essa conduta somada ao que os militares falavam sobre os militantes procurados que, até então eram pessoas conhecidas pela bondade e bom relacionamento na região, causaram imediatamente uma antipatia entre a população local e a atuação do exército. A primeira campanha marca uma cruel atuação contra os camponeses que eram suspeitos de ajudar os opositores a Ditadura. A violência contra a população fez a primeira vítima da repressão no Araguaia, Lourival de Souza Paulino, um barqueiro amigo dos militantes foi encontrado enforcado numa cela em Xambioá. A violência estendeu-se aos religiosos católicos da região que eram acusados de serem membros da guerrilha. O Padre Roberto de Valicourt em conjunto com a irmã Maria das Graças foi detido após a celebração de uma missa e submetido a torturas físicas e psicológicas, só sendo liberado após a intervenção do bispo de Marabá Dom Estevão de Cardoso Avelar.

A região dos Destacamentos A e C foram as primeiras a serem atacadas. No entanto, na primeira campanha as ofensivas por dentro da mata foram poucas, possivelmente pelo fato da inexperiência majoritária das tropas militares deslocadas para o local. Apesar do ponto positivo de terem uma quantidade de homens muito maior do que a guerrilha possuía. Num dos primeiros confrontos mata adentro com os guerrilheiros, o saldo foi de um sargento morto e um soldado ferido. Portanto, havia ficado claro que não deveriam subestimar a ação da guerrilha levando soldados inexperientes para combatê-la.

À medida que perceberam a movimentação das tropas militares, os guerrilheiros sabiam que poderiam sofrer um ataque a qualquer momento. A ação dos guerrilheiros foi de deslocarem-se para a mata e se estabelecerem nos refúgios construídos ao longo dos anos. A tática utilizada era de recuar em direção à mata, evitando o enfrentando imediato com as tropas militares; manter o possível contato com a população, questão central para a sobrevivência dentro da mata e realizar ações de emboscada contra o inimigo. Assim, como a inexperiência era perceptível nas tropas militares, ela também era perceptível nos destacamentos guerrilheiros, sobretudo nos que haviam incorporado pessoas há pouco tempo.

Durante a primeira campanha de destruição da guerrilha que compreendeu o período de Abril de 1972 até junho do mesmo ano quando as Forças Armadas se retiraram da região, aconteceram algumas mortes para ambos os lados. A primeira campanha contra a Guerrilha do Araguaia demonstrou pouca eficiência das tropas militares que haviam mobilizado um enorme contingente, mas não conseguiram chegar nem perto de atingir o objetivo final que era acabar com o movimento de resistência contra a Ditadura.

No intervalo entre a primeira e a segunda campanha os guerrilheiros, cuidadosamente, aproveitaram para manter e fortificar o contato com os camponeses. A necessidade de não perder o contato com a população era mais do que crucial para resistir aos novos ataques por dois motivos principais. O primeiro era por conta do abastecimento, era preciso conseguir alimentos para bastante tempo. Pois, os guerrilheiros sabiam que o retorno das tropas militares era inevitável. O segundo estava na questão da necessidade de informar a população sobre o que estava acontecendo e iniciar um trabalho de político de conscientização que explicitasse as razões da Guerrilha. Por isso, criou-se em conjunto com a população o documento *União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo* (ULDP), contendo 27 pontos de reivindicações do povo local, entre eles:

- “1) Terra para trabalhar e título de propriedade de sua posse.
- 2) Combate à grilagem, com castigo severo a todos que grilarem terras.
- 3) Preços mínimos compensatórios para os produtos da região, preços que não se distanciem muito dos vigentes nos grandes mercados de consumo. Criação de Distribuidores do Estado, que

adquiram por preço fixado todos os produtos oferecidos e, ao mesmo tempo, vendam com uma pequena margem de lucro, e também a prazo, adubos, ferramentas, venenos, sementes, máquinas de fabricar farinha, lonas para a colheita de arroz, moinhos, etc.” (UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO, 1972)

O objetivo era dar continuidade ao trabalho político através da criação de núcleos da ULDP, massificando a formação política e ganhando mais combatentes para a resistência guerrilheira.

Em setembro de 1972 teve início a segunda campanha contra a guerrilha. Dessa vez, além da presença ainda em maioria do exército, as forças da marinha e da aeronáutica também foram mobilizadas para a área. A segunda campanha possuiu uma tática nova em relação à primeira, sobretudo, acerca do alcance do apoio da população local. A violência física deu lugar a uma violência psicológica revestida de preocupação, por parte das forças repressivas, com o que poderia acontecer com aquela população caso não acabassem com aquele cenário de luta. Seguindo a tática de conquistar a empatia da população local, os militares passaram a desenvolver na região a chamada Operação Aciso- Ação cívico social, buscando atender as necessidades básicas daquela região. No entanto, apesar de mudarem a tática em relação à população, as tropas armadas mantiveram a orientação de enviar para a mata os soldados menos experientes e sem preparo algum para o tipo de combate que possivelmente se desenvolveria. Relevante colocar que nas duas campanhas o exército utilizou dentro das matas pelotões oficialmente fardados, o que os tornou alvo fácil dos guerrilheiros ao os identificarem imediatamente como inimigos sem o perigo de confundi-los com outros companheiros de luta.

Num dos primeiros confrontos entre os militares e as forças guerrilheiras durante a segunda campanha, uma das militantes mais queridas da região foi morta, Helenira Rezende (codinome Fátima) que havia sido vice-presidente da União Nacional dos Estudantes- UNE, antes de viajar para o Araguaia. A morte de Helenira contribuiu para a posição de adotar uma tática mais incisiva contra as forças repressivas. Na segunda campanha os guerrilheiros estavam mais confiantes de seu domínio sob a mata e adotaram medidas mais ousadas através de emboscadas e fustigamentos mais perigosos. Naquele momento, segundo estudos, ainda era perceptível a superioridade no preparo dos guerrilheiros frente aos soldados que adentravam as

florestas do Araguaia. No entanto, frente a um número muito maior de homens do exército (mesmo que mal preparados), qualquer negligência das forças guerrilheiras era fatal.

A segunda campanha contra a guerrilha chegou ao final com a morte de sete guerrilheiros. Novamente as Forças Armadas não conseguiram o objetivo final de destruir a resistência contra a Ditadura instaurada no país. A investida no apoio da população não havia tido resultado positivo, o combate dentro das matas também não e a continuidade da Guerrilha começou a ser um problema sério para o regime militar. O fato de sessenta e nove guerrilheiros terem resistido, gerando prejuízos no contingente das tropas da repressão, há duas campanhas militares que mobilizaram milhares de homens das forças armadas, aeronáutica e marinha, providos dos mais altos armamentos. Era uma afronta a lógica autoritária da Ditadura.

As forças armadas se retiraram da área para preparar uma contra-ofensiva que criasse as condições reais de aniquilar totalmente a Guerrilha do Araguaia. A Ditadura, através do exército e demais aparatos de repressão, sabia que o retorno à região era para exterminar de uma vez por todas a única resistência organizada que ainda sobrevivia aos anos de chumbo. A partir do final de outubro de 1972 até o mesmo mês do ano de 1973, estabeleceu-se um ano de trégua no Araguaia. Nesse momento, já era de conhecimento dos órgãos repressivos que a Guerrilha era organizada pelo Partido Comunista do Brasil. Assim, a repressão se abateu covardemente pela estrutura do partido que ainda continuava nas cidades, sendo praticamente dizimado. O objetivo era cortar qualquer ajuda que pudesse estar sendo enviada ao Araguaia, mesmo que para isso, fosse necessário não existirem sobreviventes.

O ano de trégua no Araguaia era apenas no que tange ao conflito direto, pois a continuidade da luta estava sendo gestada pelos dois lados. A comissão militar das forças guerrilheiras identificou os equívocos centrais presentes nas primeiras campanhas e determinou que os destacamentos corrigissem os erros cometidos. No entanto, nas análises sobre o inimigo, subestimou a ofensiva final. Em função, sobretudo, das duas primeiras experiências que foram, no geral, vitoriosas para os guerrilheiros. Paralelamente, intensificou-se o trabalho político na região através de agitação e propaganda por meio de manifestos, comunicados e um jornal editado pelo PCdoB chamado “O Araguaia”. O trabalho político obteve resultados através da adesão de alguns camponeses a guerrilha, segundo Campos Filho.

As forças repressivas, além de concentradas em conjecturar uma ação certa para a terceira campanha contra a guerrilha, deslocou para a região inúmeros agentes especializados disfarçados. Por motivos bem diferentes, a tática era parecida com a dos comunistas quando enviaram seus primeiros quadros para o Araguaia. O objetivo desses infiltrados era rastrear todas as pessoas que possuíam ligação com os guerrilheiros e descobrir todos os refúgios e esconderijos existentes dentro da mata. Tudo isso visando uma terceira campanha mais sofisticada e organizada. Ao mesmo tempo, foi montada uma estrutura militar enorme, através da construção de alguns quartéis nas principais cidades e recuperação das rodovias que ligavam as áreas onde era identificada a maior presença dos guerrilheiros, para sustentar a última ação no Araguaia.

O ano de trégua pré-anunciava a fase mais brutal e sangrenta que a Guerrilha do Araguaia entraria a partir do início do terceiro combate. A partir da lógica de cerco e aniquilamento, em outubro de 1973 sob o comando geral do Major Sebastião de Moura Curió, as Forças Armadas davam início à última campanha contra a resistência no Araguaia. A ação da repressão era completamente diferente das suas primeiras campanhas. A mesma preocupação que havia em relação à organização e as ações certas da terceira campanha, também havia em relação ao sigilo para que não existissem vestígios da atuação bárbara do Estado Ditatorial Brasileiro naquele local. O povo do Araguaia novamente estava de frente com a face cruel do terrorismo. Inúmeras, prisões, espancamentos, torturas e violações civis foram utilizadas com as pessoas que haviam sido mapeadas pelos agentes secretos que passaram a viver na região durante o ano da trégua.

A ofensiva contra os guerrilheiros iniciou-se a partir da limpeza geral de toda área onde havia suspeita da existência das bases de resistência. Todos os moradores foram retirados dessas áreas mapeadas e todas as plantações queimadas, com o objetivo de isolar os guerrilheiros e impedi-los de abastecer seus pontos de apoio. A incursão efetiva mata adentro (pouco utilizada nas primeiras campanhas) estabeleceu acampamentos militares dentro das florestas, utilizando a ajuda de helicópteros que sobrevoavam as matas.

Esses dois pontos, o cerco da área e a preparação dos militares para o confronto dentro da mata, atingiram bruscamente as bases guerrilheiras. Pois, por não considerar em suas análises anteriores essas possibilidades estavam, do ponto de vista tático, orientadas de forma

equivocada. Nesse momento, não havia mais nenhum contato dos guerrilheiros com a Direção do PCdoB por conta da ferrenha perseguição que o partido havia sofrido nas cidades.

O primeiro confronto da terceira campanha deu-se logo no mês de outubro. Adiante, todos os confrontos posteriores resultavam em perdas numericamente maiores para as forças guerrilheiras do que para as tropas militares. A comissão militar decidiu juntar a ela os demais destacamentos formando um único agrupamento. O deslocamento de muitas pessoas juntas deixava mais rastros e vestígios por onde passavam, tornando mais fácil descobrir onde se situavam. No dia 25 de dezembro houve um ataque brutal do exército que resultou na desarticulação da Comissão Militar da Guerrilha, além disso, não se sabe ao certo quantos guerrilheiros foram presos ou mortos.

Depois disso a situação agravou-se e as baixas do contingente guerrilheiro só aumentaram. Nesse momento, a realidade dos que ainda resistia era precária. Não havia mais comida, remédios, roupas adequadas e nenhuma condição material de enfrentar o inimigo. A lógica de enfrentamento que havia existido nas duas primeiras campanhas e apenas no começo da terceira, não existia mais. O cenário que se configurou no Araguaia do meio para o final da terceira investida da repressão na área, era apenas o de caça desigual. O exército tinha uma orientação clara que era a de não deixar nenhum sobrevivente. Os guerrilheiros que sobraram não confrontavam mais, apenas resistiam.

A ação das forças repressivas continuou pelo ano de 1974 capturando os últimos guerrilheiros que ainda restavam na região e, tudo indica que nesse mesmo ano findou-se a existência ou vestígios das forças guerrilheiras que viveram no Araguaia. Muitos guerrilheiros foram presos com vida durante a operação final do exército. No entanto, os profundos estudos já feitos sobre este tema, nos permitem afirmar que todos eles foram mortos. Após a dizimação da guerrilha o comandante responsável pela terceira campanha, Major Curió, permaneceu no local para assegurar que nenhuma manifestação “simpática” aos guerrilheiros pudesse ser feita e para que a população local não alimentasse no dia-dia da região assuntos sobre o que tinham visto durante esses anos de conflito. Essa questão é importante de ser colocada, pois faz parte do início do processo de esquecimento da memória histórica do que foi a Ditadura Militar no Brasil.

Concomitantemente, as ordens como já foi dito era para que nenhum vestígio da ação brutal realizada pelo exército ficasse naquela região. Para isso, após o término da guerrilha foi montada a Operação-Limpeza:

“No final dessa terceira fase, final mesmo, últimos dias, última semana – decidiram as autoridades que deveria ser feita uma limpeza da área, porque temiam, essas autoridades, que, após a saída dos militares do Sul do Pará, a imprensa, os jornalistas, descobririam os corpos desses guerrilheiros. E essa operação-limpeza consistiu no seguinte: os agentes de informações, que sabiam onde estavam enterrados os corpos, indicavam os pontos. Um helicóptero ia a esse ponto, agentes desenterravam os restos, esses restos eram colocados em sacos plásticos, embarcados no helicóptero e levados para a Serra das Andorinhas.” (FILHO, 1997, p.132)

Após o aniquilamento do mais longo movimento organizado de resistência armada contra a Ditadura, o país ainda estava sob o controle do regime militar. Os militantes do PCdoB que saíram com vida da Guerrilha do Araguaia durante as duas primeiras campanhas, e os que permanecerem vivos no período de caça aos comunistas nas cidades estavam completamente fichados pela repressão. Mesmo depois do término da Guerrilha no Araguaia, o Partido Comunista do Brasil foi alvo de um ataque conhecido como “Chacina da Lapa” em São Paulo, em que a Ditadura tinha como objetivo atacar os últimos dirigentes do Comitê Central do partido que estavam vivos e, naquela ocasião, encontravam-se reunidos. Desse ataque saíram presos os dirigentes partidários Elza Monnerat, Aldo Arantes, Haroldo Lima, Wladimir Pomar, João Batista Drummond, além de dois militantes: Joaquim Celso de Lima e Maria Trindade. Saíram mortos os dirigentes Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, ambos estiveram na Guerrilha do Araguaia. A cruel repressão ainda vigorava e os comunistas estavam completamente desarticulados frente à perseguição que não dava espaço para nenhuma movimentação.

Apenas no período de redemocratização do país é que os quadros partidários sobreviventes aos anos da Ditadura, puderam novamente encontrar-se em instâncias de deliberação e análises do Partido sem correr o risco de saírem de lá sem vida. Assim, em 1983 o PCdoB produziu o documento intitulado como “*Estudo crítico acerca do princípio da violência*”

revolucionária" em que elabora uma análise crítica sobre a experiência da Guerrilha desenvolvida no Araguaia. No início desse extenso documento o Partido coloca importantes considerações que demonstram a posição de optar pela luta armada como correta.

Adiante, faz uma análise do Documento "*Guerra popular prolongada - o caminho para a luta armada no Brasil*", em que apresenta os acertos e equívocos contidos nesse documento formulado no período pré- Guerrilha e utilizado como elementar na preparação da luta armada. O meio do documento acerca da experiência armada organizada pelo Partido, concentra-se em fazer uma breve retrospectiva da luta no Araguaia. Em que se descreve em linhas gerais o processo de construção da guerrilha, passando pela fase de combate direto até a sua derrota. Nessa retrospectiva, são trazidos à luz alguns elementos e dados peculiares sobre a guerrilha que contribuem na obtenção de informações para uma pesquisa mais detalhada.

Chegando ao fim, o documento acerca da violência revolucionária faz uma análise das lições da Guerrilha do Araguaia. Essa parte trata diretamente dos acertos e erros, na visão do Partido Comunista do Brasil, presentes no processo de luta armada. Dentre os êxitos alcançados pela Guerrilha do Araguaia, o documento aponta:

“1. Conseguiu apoio de massas suficiente para sobreviver por quase três anos

Houve perfeita integração entre os combatentes e os demais moradores da região. Nos períodos de trégua apoiavam-se mutuamente em mutirões nas roças (...)

No curso das operações militares a massa foi para os guerrilheiros a fonte decisiva de alimentação, informações e serviços vários (...)

2. Despertou os camponeses para a ideia da luta organizada como meio de se defender e conquistar seus direitos

O exemplo do Araguaia, a despeito da censura governamental, difundiu-se, notadamente pelas regiões circunvizinhas à área da guerrilha. Aí a opressão e a violência dos poderosos se abate frequentemente contra os pobres do campo. Sucedem-se choques. Mas depois do Araguaia esses choques tornaram-se mais frequentes e com conotações diferentes: denotam certa organização coletiva (...)

Ainda recentemente alcançou repercussão nacional uma eleição para um sindicato de trabalhadores rurais da região do Araguaia, quando as forças reacionárias se articularam para impedir a vitória de uma chapa progressista. Falando à caravana de familiares de mortos e desaparecidos do Araguaia, que há pouco visitou a área, um camponês disse: "Estamos colhendo agora o que seus parentes plantaram". É o exemplo que frutifica.

3. Situou a resistência popular no campo num terreno favorável

Armas de grande poder destrutivo e mobilidade, como carros de combate, canhões, metralhadoras pesadas, bazucas e outras não tiveram função nas selvas do Araguaia. O avião e o próprio helicóptero foram usados mais como meio de transporte. Não tinham alcance visual nem poder de fogo direto.

4. Elaborou uma plataforma política e de reivindicações concretas para a luta

A divulgação do programa de 27 pontos, elaborado em conjunto com as massas, estabeleceu os objetivos concretos da luta e uma base de fácil compreensão para a educação política e revolucionária do povo. O programa permitiu a organização da frente local de massas, a ULDP. Os treze núcleos dessa frente concretizaram, no Araguaia, o esforço de construção da aliança operário-camponesa.

5. Mostrou a coerência revolucionária, marxista-leninista, do PC do Brasil

O Araguaia mostrou a consequência revolucionária do Partido e o nível e a envergadura diferentes com que abordou o caminho armado. Ao invés de aceitar a forma adotada pela pequena burguesia revolucionária da época - os sequestros, os assaltos - ou de caminhar no rumo da implantação de um foco guerrilheiro, dissociado das massas, o Partido, durante anos, planta raízes profundas nas massas camponesas e organiza uma resistência

duradoura de massas.” (ESTUDO CRÍTICO ACERCA DO PRINCÍPIO DA VIOLÊNCIA REVOLUCIONÁRIA, 1983)

No quadro dos erros cometidos no Araguaia o documento aponta:

“1. A tática guerrilheira permaneceu no geral estável durante o período da luta:

O comando guerrilheiro, ao definir para a terceira campanha a mesma tática empregada nas duas primeiras, cometeu um erro considerado por Arroyo como "muito grave" (...)

Ao não prever uma radical alteração no comportamento do inimigo, o comando guerrilheiro subestimou-o.

2. A área guerrilheira não foi ampliada, não se criaram novos destacamentos:

Nem sempre também se cuidou da incorporação de pessoas para ações episódicas na guerrilha, de deslocar elementos já ganhos ou de ir destinando outros para funções de apoio à Guerrilha mas não participando dela diretamente como combatente.

3. Não prevaleceram os métodos da defensiva ativa:

A guerrilha não buscou, inclusive nos períodos de trégua, fazer incursões mais numerosas e por regiões mais distantes, deixando de avançar no conhecimento de áreas próximas e na prática da propaganda armada. Em conseqüência, não conseguiu armar-se melhor à custa do inimigo,

4. O apoio logístico não foi bem preparado e não houve trabalho na periferia da área:

Em que pese estar nos planos do Partido desenvolver trabalho na periferia do Araguaia, o fato é que isso não foi feito até o ataque do Exército, em abril de 1972. Chegou a criar uns dois pontos de apoio, mas bastante fracos

5. As forças guerrilheiras se concentraram e o comando ficou excessivamente centralizado:

Um mês após o início da terceira campanha, a CM deliberou juntar os três destacamentos, o que não foi realizado por razões práticas. O objetivo que tinha em vista era o de "ter a força à mão" para "realizar ações de certa envergadura". Mas a força concentrada contrariava o espírito da luta guerrilheira. Criou problemas de abastecimento. Deixou rastros marcantes. Não tinha a mobilidade dos pequenos grupos. Diminuiu objetivamente a área de atuação. E facilitou o cerco inimigo." (ESTUDO CRÍTICO ACERCA DO PRINCÍPIO DA VIOLÊNCIA REVOLUCIONÁRIA, 1983)

Por fim, o documento discorre sobre as principais críticas feitas a época por diversos setores da sociedade sobre a experiência no Araguaia. O Pcdob coloca que a polêmica causada pela Guerrilha do Araguaia gerou, algumas opiniões favoráveis a luta, algumas opiniões críticas honestas e algumas críticas oportunistas que tinham como único objetivo negar a reação armada. Nesse sentido, o documento explicita a necessidade de refutar as seguintes críticas que, segundo ele, naquele momento eram feitas exclusivamente por setores oportunistas no Brasil.

A primeira delas em relação ao Araguaia ter sido uma experiência "foquista". A análise do partido refutou essa afirmação, pois afirmou que o longo período de preparação da guerrilha foi diretamente ligado as orientações do Comitê Central PCdoB e que o partido era o instrumento essencial na construção da resistência armada. Ao contrário, do que pressupõe a teoria foquista.

A seguir sobre a crítica de ter importado mecanicamente o modelo maoísta, o partido afirmou que se inspirou no modelo pensado por Mao-Tsé Tung de guerra popular prolongada, mas, que desde o início deixou claro que parte da teoria maoísta centrada na afirmação, "o campo dirige as cidades", não se aplicaria no Brasil. O que se comprovou na prática quando se verifica que o Partido não encerrou suas atividades nas cidades durante a existência da guerrilha do campo.

Adiante discorre sobre a crítica da Guerrilha do Araguaia ter sido uma espécie de "Blanquismo" por não ter permitido a autonomia das massas no curso da luta contra a ditadura. O Partido refutou essa colocação apontando para o papel que deveria cumprir enquanto vanguarda do proletariado e afirmando que participar da preparação da Guerrilha do Araguaia,

era compreender que a luta armada deveria acontecer mediante uma ação coerente e não a partir de um “aventureirismo”.

Quanto a questão do trabalho político prévio como imprescindível para a conflagração da luta armada, o PCdoB refuta as críticas dizendo que o trabalho político é que era imprescindível a luta armada, se ele seria prévio ou não, dependeria das circunstâncias em que se encontrava o contexto político geral. No contexto da ditadura repressiva, o que se apresentava como imprescindível era a aproximação profunda com a população local e, depois começo do trabalho político.

Finalizando, o documento apresenta suas contraposições às críticas feitas acerca da ausência de condições para resistir, dizendo que a história mostrou justamente ao contrário, marcando como derrotadas as duas primeiras campanhas das Forças Armadas que, com um contingente numerosamente maior e melhor equipado, não conseguiu aniquilar a Guerrilha. O Partido afirmou que a derrota causada pela última campanha contra as forças guerrilheiras, não afetou as condições existentes no início da guerrilha. As causas decorreram, segundo a análise do PCdoB, de outros aspectos surgidos no decorrer do combate.

O documento “Estudo crítico acerca do princípio da violência revolucionária-1983” abriu o ciclo, até então sigiloso, tanto por parte do Exército Brasileiro quanto por parte do próprio Partido que só havia tocado no assunto através do Relatório Arroyo, de discussão sobre a experiência armada no Araguaia. Esse documento apresentou oficialmente a autocrítica partidária acerca de algumas fissuras graves cometidas no processo da luta armada e admitiu a necessidade de produzir uma análise ao povo brasileiro sobre o período sangrento de confronto no Araguaia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Fica decretado que os homens
estão livres do jugo da mentira.
Nunca mais será preciso usar
a couraça do silêncio
nem a armadura das palavras.
O homem se sentará à mesa
com seu olhar limpo
porque a verdade passará a ser servida antes da
sobremesa”.* (THIAGO DE MELLO)

No ano de 2014, data que marcou os cinquenta anos da instauração da Ditadura Militar no Brasil, a sociedade brasileira assistiu por parte dos movimentos sociais e de alguns setores intelectuais, inúmeros eventos que tinham, através no jargão “Descomemoração da Ditadura”, o objetivo de levantar importantes discussões acerca dessa página que marcou profundamente a história do nosso país.

Hoje, no ano de 2016, passada as “descomemorações de 50 anos golpe”, a conclusão deste trabalho demonstra a necessidade de manter em permanente debate crítico, dentro e fora da academia, o regime ditatorial vivido no Brasil a partir de Abril de 1964, bem como, a resistência dos movimentos de oposição ao cenário de repressão promovido pela Ditadura.

As poucas e insuficientes versões oficiais dadas pelo Estado Brasileiro sobre o período de autoritarismo ditatorial, caracterizam-se, entre outros, como um dos principais fatores que tentam virar, sem versões contundentes, uma página da história que ainda não foi contada aos brasileiros e brasileiras. Esse “apagamento” de informações é ainda maior quando se refere aos setores civis e empresariais da nossa sociedade que, de alguma forma, financiaram o golpe de 1964. Os co-responsáveis pela interrupção de um ciclo democrático no Brasil e pelo respaldo a todo tipo de barbárie cometida pela Ditadura, jamais prestaram seus esclarecimentos a um povo que tem o direito de saber a sua história. Portanto, concluímos, primeiramente, que este trabalho colabora

para a fortificação de uma mobilização oriunda dos movimentos sociais que reivindica a memória, verdade e justiça dos chamados “Anos de Chumbo” no Brasil.

Assim, começando pela contextualização dos embates políticos e ideológicos que o mundo e, no recorte que nos interessa a América Latina e o Brasil, estavam inseridos a partir da Guerra Fria, buscamos estabelecer um entrelaçamento entre os acontecimentos da política internacional e seus desdobramentos na conjuntura latino-americana e depois brasileira.

Percebemos que a disputa entre os dois projetos políticos e econômicos da época, caracterizada entre Capitalismo x Socialismo, esteve a todo o momento presente nos embates travados dentro do continente latino-americano e permeando, de diferentes formas, as realidades nacionais. A corrida pela manutenção da sua influência nos países periféricos da América Latina frente à expansão do modelo socialista no mundo, fez com que os EUA assumissem, através da sua política externa, uma postura intervencionista e imperialista sobre o restante das nações latino-americanas, inclusive o Brasil.

A radicalização dessa postura assumida pelos Estados Unidos atingiu seu auge quando percebeu o surgimento do nacionalismo latino-americano que, longe de propor alguma medida socialista, almejava apenas superar as dependências históricas de ordem econômica, social e cultural, existentes nos países colonizados, através de projetos-políticos progressistas encabeçados por governos eleitos democraticamente pelo povo. Assim, um a um esses governos latino-americanos foram derrubados com a ajuda e intervenção dos EUA atrelados com as elites nacionais, configurando o que chamamos de “Ditaduras do Cone Sul”, em que o Brasil está inserido a partir do golpe de 1964.

A interrupção da via democrática no país e o recrudescimento da repressão promovida pela Ditadura fez com que crescessem os movimentos que se opuseram ao modelo autoritário vigente e também ao projeto econômico implementado pelo governo militar. Esses dois questionamentos somados a perspectiva de construção de um governo popular, fez eclodir as mais diferentes formas de resistência frente à Ditadura no país.

Percebemos que a luta armada como alternativa de resistência diante do cenário repressivo ganhou força dentro de inúmeros movimentos de esquerda atuantes no período. As táticas,

teorias e estratégias escolhidas por cada um deles, muitas vezes defrontaram-se, não permitindo uma articulação homogênea e unitária nas atuações contra o regime militar.

Dentre as organizações protagonistas na resistência contra a Ditadura, destacamos a atuação do Partido Comunista do Brasil, através da Guerrilha do Araguaia. Diante das pesquisas feitas para a realização deste trabalho, foi possível analisar os principais debates teóricos entre a esquerda do período, acerca de qual caminho revolucionário seria o correto para a superação do regime militar no Brasil. Através de alguns estudos já realizados e com a ajuda dos documentos oficiais do PCDOB, fomos capazes de perceber a grande influência da teoria Maoísta na preparação do movimento revolucionário no meio rural. Divergindo da maioria das organizações armadas daquele momento que defendiam a resistência nas cidades.

Durante o desenvolvimento sobre a Guerrilha do Araguaia vimos que a resistência, de fato, aconteceu nos confins do sul Paraense. A relação estabelecida entre os guerrilheiros e as massas camponesas por um lado, gerou medo, e por outro, afetou o orgulho autoritário da repressão. No entanto, a resistência guerrilheira sobreviveu a uma, a duas, mas não mais que três campanhas brutais e desproporcionais de aniquilamento promovida pelas Forças Armadas brasileiras.

Retomando a questão do “apagamento” de informações sobre o período da Ditadura Militar abordado nas primeiras linhas dessas considerações finais, percebemos que o Partido Comunista do Brasil, nos anos iniciais da redemocratização do país, produziu e tornou público uma avaliação, já citada, sobre a luta armada na região do Araguaia. Nesta avaliação estão contidas as autocríticas, bem como, os acertos extraídos dessa experiência na visão partidária. Demonstrando entender que o povo brasileiro, antes de qualquer defesa de certo ou errado, tem o direito de saber da existência de um período de luta que marcou a história do país. Ao contrário, do Exército Brasileiro que, até os dias atuais, não produziram explicações, por exemplo, sobre em que lugar se encontram e o que foi feito com os corpos das pessoas assassinadas no Araguaia pela repressão institucionalizada no Brasil pelo regime Militar. Deixando claro, assim, a quais interesses servem manter sob regime de silêncio os acontecimentos dos porões da Ditadura e corroborando com o “apagamento” das informações relacionadas aos anos em que o medo e a tortura rondavam qualquer um que ousasse defender o sonho de um país democrático e soberano através da luta armada ou não.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Ângelo. Relatório sobre a luta no Araguaia. Disponível em <<http://www.grabois.org.br/cdm>>

BANDEIRA, Moniz. *Brasil- Estados Unidos: a rivalidade Emergente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CONGILIO, Célia, IKEDA, Joyce. *A Ditadura Militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense. Lutas Sociais*, São Paulo, 2014. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25693/18327>>

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado- ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

ENGELS, Frederich, KARL, Marx. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

FIGUEIRA, Ricardo. *Justiça do Lobo- Padres e posseiros do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

FILHO, Romualdo. *Guerrilha do Araguaia: A esquerda em armas*. Goiânia: Editora da UFG, 1997.

FUNDAÇÃO, Maurício Grabois. *Lutas que construíram o Brasil*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

GUEVARA, Ernesto "Che". *A Guerra de Guerrilhas*. Rio de Janeiro: Edições Futuro, 1961.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Atica editora, 1998.

LOSURDO, Domenico. *Fuga da História? A revolução Russa e Chinesa vistas de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Global, 1982

HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos- O Breve século XX*. São Paulo: Companhia das letras, 2008

LEMONS, Renato. *Contrarrevolução e ditadura: elementos para uma periodização do processo político do brasileiro pós -1964. Marx e Marxismo*, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em <<http://www.marxeomarxismo.uff.br/index.php/MM/article/view/40/31>>

MOREIRA, Cássio Silva. *O Projeto de Nação do Governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)*. 2011. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- PARTIDO, Comunista do Brasil. *Em defesa do Partido*. 1961. Disponível em<<http://www.grabois.org.br/cdm>>
- PARTIDO, Comunista do Brasil. *Estudo crítico acerca do princípio da violência revolucionária*. 1983. Disponível em<<http://www.grabois.org.br/cdm>>
- PARTIDO, Comunista do Brasil. *Guerra popular prolongada- o caminho para a luta armada no Brasil*. 1969. Disponível em<<http://www.grabois.org.br/cdm>>
- PARTIDO, Comunista do Brasil. *União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista*. 1966. Disponível em<<http://www.grabois.org.br/cdm>>
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação- As origens de nossa época*. Rio de Janeiro. Compus, 2000.
- REIS, Naurinete Fernandes Inácio. *Memória Social e Guerrilha do Araguaia*. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- RIDENTI, Marcelo. *O impacto da crise do socialismo no Partido Comunista do Brasil, 1988-1992. Perspectivas*, São Paulo, 1994/1995. Disponível em<<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1979/1613>>
- RUY, José. *Março de 1958: A certidão de nascimento do revisionismo*. 2010. Disponível em<http://www.pcdob.org.br/noticia.php?id_noticia=126368&id_secao=3>
- SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior: O sentido da Revolução*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- TOLEDO, Caio Navarro. *1964- O Golpe contra as reformas e a democracia*. *Revista Brasil História*, São Paulo, 2004. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100002&script=sci_arttext&tlng=pt>
- TSÉ-TUNG, Mao. *Escritos militares*. Goiânia: Libertação, 1981.

